

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

JANAINA BACIN RAUBER

**O MUNDO DA COSTURA: a autonomia no trabalho de costureiras por conta
própria.**

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

JANAINA BACIN RAUBER

**O MUNDO DA COSTURA: a autonomia no trabalho de costureiras por conta
própria.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais na Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr. Cinara Lerrer
Rosenfield.

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Cinara Lerrer Rosenfield, minha orientadora, por instigar a aprender e a conhecer a realidade à luz da Sociologia. Por ela confiar, acalentar e acreditar na minha capacidade de transformação nesse momento de formação de um futuro Cientista Social. Agradeço imensamente pelo período como bolsista de iniciação científica. Este tempo me proporcionou muito aprendizado, crescimento, sabedoria, amadurecimento, novas amizades e novos olhares da pesquisa acadêmica. Agradeço a todos os professores que passaram pela minha trajetória no curso, com suas contribuições, diálogos instigantes e desafiantes. Agradeço as costureiras entrevistadas, que disponibilizam seu tempo para a pesquisa e sem as quais o desejo de entender suas realidades não seria possível. Agradeço a minha família - mãe, pai (*in memoriam*), irmã – por ser meu pilar da vida, minha maior incentivadora, apoio e meu exemplo de vida. Agradeço aos amigos e colegas, em especial a Juliana, Gabriella, Camila, Bruna, Lucía, Mariana, Cíntia, Amanda, que passaram por toda essa caminhada comigo, cada uma contribuindo da sua forma e algumas enfrentando os mesmos desafios, mas sempre demonstrando apoio e transformando esse percurso muito mais agradável e prazeroso.

RESUMO

O estudo presente versa sobre o mundo da costura, no qual as protagonistas desse enredo sociológico são trabalhadoras por conta própria. A partir dessas múltiplas vozes, ou seja, desses sujeitos de pesquisa, analisamos como se configura a autonomia no trabalho no contexto de trabalho de costureiras independentes. Para tanto, nosso *locus* de pesquisa de campo se concentra na região metropolitana de Porto Alegre/RS. Partimos da ideia de que o trabalho por conta própria é de natureza *a priori* autônoma. Contudo, quando lançamos o olhar para a realidade empírica dessas trabalhadoras, a autonomia no trabalho é colocada em questão. A partir da análise de sete entrevistas semiestruturadas, constatou-se que a inserção das costureiras pela via do trabalho por conta própria, isto é, de natureza autônoma, não necessariamente conduz a autonomia no trabalho. As costureiras, por princípio, nessa modalidade de trabalho, têm a liberdade para determinar por si mesmas as regras de ação do trabalho, da sua vida e de fato isso acontece. Entretanto, ao mesmo tempo, a realidade mostra-se complexa e fluida, apresentando arranjos ora totalmente autônomos e ora subordinados a outrem nas suas condições de trabalho.

Palavras-chave: autonomia no trabalho, trabalho por conta própria, costureiras.

ABSTRACT

The present study is about the world of couture, in which the protagonists of this sociological storyline are self-employed. From these multiple voices, in other words, these research individuals, we analyze how configure the autonomy at work in the context of independent work of seamstresses. Therefore, our *locus* of field research focuses on the metropolitan area of Porto Alegre/RS. We started from the idea that self-employment is *a priori* autonomous nature. However, when we launched our gaze to the empirical reality of these workers, autonomy at work is called into question. From the analysis of seven semi-structured interviews, we found that the insertion of seamstresses through independent work, what is autonomous nature, does not necessarily lead to autonomy at work. The seamstresses, in principle, in this kind of work, have the freedom to determine for themselves the rules of action work, his life and this happen. However, at the same time, the reality shows complex and fluid, with arrangements now fully autonomous and sometimes subordinate to others in their working conditions.

Keywords: autonomy at work, self-employment, seamstresses.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OIT	Organização Internacional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características das entrevistadas	10
Quadro 2: Autonomia no trabalho – As dimensões	17
Quadro 3: Critérios que caracterizam o “trabalho autônomo” e o “trabalho subordinado”	18
Quadro 4: Critérios subsidiários de análise	19
Quadro 5: Dimensões de análise e seus indicadores	20
Quadro 6: Síntese da autonomia no trabalho das costureiras	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. REFLEXÕES TEÓRICAS	12
1. 1 A AUTONOMIA NO TRABALHO: O CONCEITO	12
1.1.1 A Autonomia e o Trabalho.....	12
1.1.2 O Debate acerca da Autonomia no Trabalho	15
1.1.3 A Autonomia no Trabalho e sua relação com o Trabalho por Conta Própria	21
1.2 O CONTEXTO MACRO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO DE COSTUREIRAS POR CONTA PRÓPRIA.....	22
1.2.1 As Trabalhadoras Costureiras Informais.....	22
1.2.2 A Informalidade no Contexto da Reestruturação Produtiva	24
2. A AUTONOMIA NO TRABALHO DE COSTUREIRAS POR CONTA PRÓPRIA	29
2.1 A DIMENSÃO OPERACIONAL	29
2.2.1 As Relações de Trabalho com seus Contratantes/Clientes.....	29
2.2.2 Organização do Trabalho das Costureiras.....	34
2.2.3 A Propriedade dos Meios de Produção	37
2.2.4 A Jornada de Trabalho	39
2.2.5 Os Riscos da Prestação do Serviço	41
2.2 A DIMENSÃO IDENTITÁRIA.....	44
2.2.1 As Trajetórias de Trabalho de Costureiras por Conta Própria.....	45
2.2.2 As Perspectivas Futuras de Trabalho.....	51
2.2.3 As Trajetórias de Trabalho e sua relação com uma Socialização de Gênero	54
2.3 ANÁLISE SISTEMATIZADA DA AUTONOMIA NO TRABALHO DAS COSTUREIRAS	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o mundo da costura, no qual as protagonistas desse enredo sociológico são trabalhadoras por conta própria. A partir dessas múltiplas vozes, ou seja, desses sujeitos de pesquisa, analisamos como se dá a autonomia no trabalho de costureiras que realizam seu trabalho por conta própria. Para tanto, nosso *locus* de pesquisa de campo se concentra na região metropolitana de Porto Alegre, tendo sido regido por uma escolha intencional em busca da diversidade de situações encontradas de costureiras, uma vez que: “o mundo da costura é composto de uma multiplicidade de situações potenciais que abrem vasto leque de possibilidades nas relações de trabalho das costureiras” (ABREU, 1986, p.213).

Esse estudo visa contribuir para a compreensão da realidade das costureiras. Elas desenvolvem um trabalho que foi se transformando ao longo do percurso histórico, pois sofre modificações constantes em função das transformações sociais do trabalho. As mulheres investigadas nesse estudo realizam o trabalho da costura por sua própria conta. Elas inserem-se no contexto de ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho e esse aumento é reforçado pelos processos de reestruturação produtiva. Entretanto, a inserção da mulher tem maior expressividade na forma de atividades informais e muitas vezes precárias. Lançar o olhar analítico para a compreensão das dessas atividades de trabalho “não assalariadas” é necessário, pois são extremamente importantes na estruturação recente do mercado de trabalho no Brasil. (NEVES e PEDROSA, 2007; PEREIRA, 2011).

A atividade informal que elas realizam caracteriza-se como um “trabalho por conta própria”¹. Nessa modalidade de trabalho, as relações de trabalho nos remetem, em princípio, a pensar sob uma perspectiva da independência: existem, de fato, trabalhadoras que conseguem determinar suas regras, porém, esses arranjos podem esconder práticas de subordinação e de exploração do trabalho (PEREIRA, 2011). Partimos da ideia de que o trabalho por conta própria é de natureza *a priori* autônoma. A condição do trabalhador por conta própria apresenta uma dimensão implícita a ele, a da autonomia, isto é, a ideia de um indivíduo autônomo que é capaz de gerir seu trabalho e sua vida. Entretanto, a autonomia é colocada em questão quando lançamos o

¹ O trabalho por conta própria é definido detalhadamente no subitem 1.1.3.

olhar para a realidade empírica dessas trabalhadoras. Deste modo, suscitam questionamos acerca da “autonomia no trabalho” dessas costureiras, pois será que elas possuem autonomia? Realmente é um trabalho autônomo ou existem formas de subordinação? Em quais elementos operacionais do trabalho elas possuem autonomia?

A nossa **hipótese** centra-se na ideia de que a inserção das costureiras pela via do trabalho por conta própria, isto é, de natureza autônoma, não necessariamente conduz a autonomia no trabalho. As costureiras, por princípio, nessa modalidade de trabalho, têm a liberdade para determinar por si mesmas as regras de ação do trabalho e da sua vida. Contudo, a realidade é complexa e fluida e estaria misturando elementos autônomos e subordinados a outrem nas suas condições de trabalho.

Como **procedimentos de investigação**, utilizamos métodos qualitativos no intuito de analisar a questão da autonomia no trabalho na realidade das trabalhadoras. A amostra foi construída aleatoriamente, a partir do contato prévio para um consentimento de participação da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com a finalidade de atingir a multiplicidade de situações de trabalho de costureiras. Elas foram realizadas durante a pesquisa de campo no período de agosto a novembro de 2012. A coleta de dados é proveniente de entrevistas semiestruturadas, utilizamos de um roteiro mínimo, a partir dos indicadores de análise da autonomia no trabalho construídos neste estudo. Para a sua realização, foram feitos contatos prévios com doze costureiras, e deste número, cinco recusaram a entrevista. As demais sete aceitaram serem entrevistadas com o registro de suas falas em um gravador. Sendo assim, analisamos o conteúdo de sete entrevistas com trabalhadoras costureiras por conta própria. Aas entrevistas foram todas gravadas e transcritas para a análise. Ainda, foram feitas anotações posteriores de como ocorreram às entrevistas.

A partir dos relatos das entrevistadas foi possível construir o quadro 1, o qual caracteriza nossa amostra qualitativa:

Quadro 1: Características das entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Lugar de Trabalho	Contexto
C1	47 anos	Casada	Ensino Médio Completo	Espaço próprio.	Trabalha sozinha para clientes e uma empresa.
C2	43 anos	Casada	Ensino Médio Completo	Espaço separado da casa, mas no terreno.	Trabalha sozinha para clientes.
C3	57 anos	Casada	Ensino	Espaço alugado.	Trabalha em

			Fundamental Completo		conjunto com a C4 para clientes.
C4	40 anos	Casada	Ensino Fundamental Completo	Espaço alugado.	Trabalha em conjunto com a C3 para clientes.
C5	36 anos	Casada	Até a 5ª série	Garagem da casa.	Trabalha com outras 4 costureiras para “mais ou menos” 9 empresas.
C6	46 anos	Divorciada	Até a 7ª série	Garagem da casa da C5.	Trabalha para a C5.
C7	54 anos	Divorciada	Até a 8ª série	Na sua casa.	Trabalha sozinha para uma empresa.

Fonte: Pesquisa de campo, região metropolitana de Porto Alegre, agosto a novembro de 2012.

As trabalhadoras entrevistadas para essa pesquisa não possuíam qualquer forma de registro de trabalho, caracterizando um trabalho informal. Essa amostra apresenta um perfil específico em relação à idade, pois todas elas encontram-se numa idade intermediária, transitando entre os 36 até os 57 anos. Esse dado de campo se mostrou semelhante a todas as entrevistadas. Sendo assim, depreendemos que este dado é uma característica própria advinda dessas trabalhadoras.

O texto está estruturado em dois capítulos. No capítulo 1, serão apresentados os debates teóricos acerca do conceito de autonomia no trabalho a fim de compreender como este conceito converge para a análise empírica da autonomia no trabalho das costureiras por conta própria. Ainda, procuramos analisar o contexto macro social das transformações no mundo do trabalho no qual as costureiras entrevistadas estão inseridas. O capítulo 2 destina-se a analisar os dados obtidos a partir do cenário empírico das sete costureiras entrevistadas.

1. REFLEXÕES TEÓRICAS

O presente capítulo tem por finalidade expor as bases teóricas sobre as quais a pesquisa está orientada e, de modo consequente, oferecer subsídios para a compreensão do próximo capítulo, no qual será analisada a realidade empírica das costureiras.

Primeiramente, nós desenvolvemos os debates teóricos acerca do conceito de autonomia no trabalho a fim de compreender como este conceito converge para a análise empírica da autonomia no trabalho das costureiras por conta própria.

Após, procuramos explorar o contexto macro social das transformações no mundo do trabalho no qual as trabalhadoras costureiras entrevistadas estão inseridas. Para isso, inicialmente, analisamos as discussões sobre o trabalho informal relacionado ao mundo do trabalho da costura. Após, analisamos a informalidade no contexto da reestruturação produtiva, pois reflete sobre o trabalho das costureiras investigadas.

1.1 A AUTONOMIA NO TRABALHO: O CONCEITO

Nessa seção, iremos desenvolver os debates teóricos acerca do conceito de autonomia no trabalho. Para isso, inicialmente, na seção 1.1, analisamos como o conceito de autonomia vincula-se ao mundo do trabalho. Posteriormente, na seção 1.2, debatemos as perspectivas de autores acerca do entendimento do que é a autonomia no trabalho e delimitamos o conceito para sua análise empírica. E, por fim, na seção 1.3, como a autonomia no trabalho está relacionada com o conceito de trabalho por conta própria.

1.1.1 A Autonomia e o Trabalho

Para o presente estudo, entendemos ser importante o debate acerca do conceito de autonomia e como este se relaciona com o mundo do trabalho, já que o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a autonomia no trabalho de costureiras por conta própria. Logo, apresentamos um panorama inicial do conceito através do entendimento de Cattani (2012, p. 88), o qual afirma que: a “autonomia remete a uma vasta gama de

valores e experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, de um grupo específico ou de um conjunto político maior”. A partir da citação acima, a autonomia nos remete à idéia de liberdade, seja no âmbito individual como no coletivo. Dessa forma, segundo Pereira (2011), até um tempo recente, a autonomia era estudada pela via da dimensão coletiva, sendo “compreendida como princípio político, social, e econômico”, isto é, como uma “forma de contrapor a uma determinada organização política na sociedade” (PEREIRA, 2011, p. 37). Sendo assim, compreendemos que o conceito de autonomia apresenta-se sob duas dimensões: a coletiva e a individual. Propomos a dar enfoque na dimensão individual da autonomia, pois ela é representativa do trabalho por conta própria. Esta condição de trabalho é entendida como uma atividade de modo autônomo, ou seja, aparentemente não comporta uma dimensão coletiva da autonomia. (HOLZMANN, 2012)

Retomamos o sentido etimológico da palavra autonomia, a qual significa: “*Auto nomos*: possibilidade de conceber a norma que se vai seguir” (FERRAZ, 2009, p.11). Somando a esta, embebida na filosofia kantiana, segundo Cattani (2012), a palavra autonomia significa:

A condição de o sujeito determinar-se por si mesmo segundo suas próprias leis ou segundo as leis que ele repute legítimas, não pela naturalização e pelos costumes, mas pela consciência esclarecida. Para que lei e liberdade possam estar associadas, é necessário distinguirem-se as boas leis das más. As primeiras são estabelecidas pelos e para os sujeitos livres; e as segundas são meios de opressão dos fortes sobre os fracos. A autonomia aparece, então, não como a capacidade de se agir segundo a lei, mas de se definir a própria lei. (CATTANI, 2012, p.88)

Corroborando com esta definição, Rosenfield e Alves (2011) apontam que a autonomia individual, ainda no sentido filosófico, pode ser entendida como “autogovernança, autodeterminação, habilidade de construir objetivos e valores próprios, liberdade de fazer escolhas e planos, e agir em conformidade com tais valores e objetivos” (ROSENFELD e ALVES, 2011, p.210).

A definição do conceito de autonomia abordada por Ferraz (2009), Cattani (2012), assim como por Rosenfield e Alves (2011), complementam-se entre si e delimitam o significado da autonomia no plano do indivíduo. E, ainda, a autonomia individual, quando existente, culmina numa “realização de si”, esta se torna uma condição para construir uma vida com real significado (ROSENFELD e ALVES, 2011,

p.210). Então, “a noção de autonomia, mais que ideia e coisa, é algo que se constitui como um projeto que se configura, que possibilita o diálogo com o outro” (FERRAZ, 2009, p. 71). A autonomia é a legislação ou a regulação por si mesmo, é criar as próprias leis e agir conforme elas (PEREIRA 2011). Sintetizando, conforme Cattani (1996, p.149), “podemos dizer que a autonomia é um valor humano e social, é sinônimo de vida e de liberdade. Mas, infelizmente, ela não é um processo natural, resultado harmonioso e equilibrado das relações sociais e do desenvolvimento econômico”.

O conceito de autonomia não está ligado diretamente à liberdade absoluta, ou seja, a uma completa ausência de interferência. Pois, ela está inserida “numa comunidade de valores, o que a torna, sempre e em alguma medida, heterônoma” (ROSENFELD e ALVES, 2011, p. 211). Nesse sentido, a autonomia remete a sua heteronomia, isto é, ao seu contrário. A heteronomia é entendida como a legislação ou a regulação pelo outro (PEREIRA, 2011, p. 171). A autonomia compreende, assim, a interação do plano individual com o plano coletivo, pelo fato de que “nenhuma autonomia individual pode superar as consequências e anular os efeitos sobre nossa vida da estrutura opressiva da sociedade na qual vivemos” (PEREIRA, 2011, p. 171). Ou seja, ao fim, a autonomia individual terá sempre uma influência com um “plano coletivo” ou uma “comunidade de valores”, tornando a autonomia individual apenas conceitual (PEREIRA, 2011; ROSENFELD e ALVES, 2011).

Nos estudos recentes, a autonomia vem deixando de lado sua dimensão coletiva. Ela passa a ser concebida mais a partir de uma visão sobre o indivíduo, isto é, transformou-se numa “maneira de ser”, numa “mentalidade”, como uma estratégia de sobrevivência ou de adaptação às circunstâncias adversas em razão das transformações no mundo (CATTANI, 2012; PEREIRA, 2011). Nesse sentido, podemos considerar as estratégias e circunstâncias adversas, aqui referidas, como o processo que as trabalhadoras costureiras estão vivenciando, quando apresentam uma trajetória profissional que as encaminha para um trabalho por conta própria. Essa condição de trabalho abre a possibilidade de poder determinar-se livremente por si mesmas em seu trabalho, mas, ou mesmo tempo, serve como estratégia de obtenção de alguma renda e, garantindo assim, sua subsistência.

O conceito de autonomia relaciona-se com o universo do trabalho, pois, nas palavras de Ferraz (2009, p.11), “a construção da autonomia como conceito é o que me

permite visualizar diferentes formas e compreender os sentidos das experiências vividas pelos trabalhadores”. A partir disso, depreendemos que, inicialmente, é preciso entender as definições do conceito de autonomia, pois elas nos auxiliam a como entender as possibilidades de autoafirmação das costureiras quando se estão na condição do trabalho por conta própria. Pensarmos a relação entre autonomia e trabalho para as trabalhadoras costureiras, torna-se importante, pois sua compreensão procede de uma análise das implicações que as discussões sobre a autonomia possuem no interior das transformações no universo do trabalho e do emprego (PEREIRA, 2011).

Conforme Ferraz (2009, p.11), a “autonomia é, portanto, possibilidade de autoafirmação, na disputa pela norma no trabalho e na vida. Ela está imbricada com a constituição da identidade social do trabalhador”. Nossos sujeitos tornam-se emblemáticos do questionamento da autonomia quando analisamos as suas trajetórias de trabalho, na qual a noção de autogovernança aparece enquanto projeto, desejo, possibilidade e disputa pela norma no seu trabalho. Portanto, “se buscarmos hoje uma definição de autonomia, encontraremos uma afirmação por contraste em relação à referencia ao trabalho assalariado; ela aparece enquanto projeto, desejo, possibilidade. A noção de autonomia dá origem, ontem como hoje, a um senso identitário” (FERRAZ, 2009, p. 71).

1.1.2 O Debate acerca da Autonomia no Trabalho

Na sua relação com o trabalho, a autonomia pode ser entendida a partir de duas concepções segundo Dieuaide (2010). A primeira concepção “apreende a autonomia como a capacidade dos operadores de adquirir uma margem de manobra para corrigir, ou de fato compensar, as deficiências do trabalho prescrito”² (DIEUAIDE, 2010, p.134, tradução livre). Para essa concepção, a “autonomia é sinônimo de independência”³ (DIEUAIDE, 2010, p.134, tradução livre).

Já a segunda concepção estabelece “mais ênfase à mobilização das capacidades cognitivas e subjetivas comprometidas durante o trabalho no sentido de salientar ‘o

² Versão original: “apprehends autonomy as operators’ capacity to acquire the margin for manoeuvre to correct, or indeed to compensante, the shotcomings of prescribed work.” (DIEUAIDE, 2010, p.134)

³ Versão original: “autonomy is synonymous to independence.” (DIEUAIDE, 2010, p.134)

retorno do trabalho para o trabalhador”⁴ (DIEUAIDE, 2010, p.134, tradução livre). Ela é encontrada nos estudos de Chatzis, quando afirma que a autonomia no âmbito do trabalho é entendida como:

A capacidade de um sujeito (individual ou coletivo) determinar livremente as regras de ação as quais lhe apresentam, dentro de sua esfera de ação, as modalidades precisas da sua atividade, sem qualquer exterior (aqui a organização formal) imponha as suas normas.⁵ (CHATZIS apud PERRENOUD, 2000, p. 1, tradução livre)

Essa concepção enfatiza “a dimensão positiva da autonomia como a capacidade de definir e organizar suas próprias condições de trabalho (método, sequência, realocação, tempo de trabalho)”⁶ (DIEUAIDE, 2010, p.134, tradução livre). As duas concepções não se anulam, pelo contrário, ampliam a visão sobre a questão da autonomia no âmbito do trabalho. Elas giram em torno da possibilidade ou capacidade de autogovernança e autodeterminação do trabalhador nos condições de seu trabalho.

A autonomia no trabalho complexifica-se quando mencionamos a noção de autogovernança e autodeterminação, pois possuímos um trabalho (ora assalariado, ora independente) subordinado às demandas e ao ritmo do mercado (Rosenfield e Alves, 2011). Deste modo, a capacidade de determinação do indivíduo de suas próprias regras de ação não poderia existir, pois ele estaria sempre subordinado a lógica capitalista. Logo, por que então, analisar a autonomia no trabalho, se todo trabalho seria sempre subordinado e/ou dependente. A análise justifica-se pelo fato de que:

O discurso dominante é o de que as novas formas de trabalhar (inteligentes, autônomas, engajadas, cooperativas etc.) representam ganhos para o trabalhador, na medida em que indicam a superação da tradicional divisão do trabalho entre os que as concebem e os que as executam. (ROSENFELD e ALVES, 2011, p.214).

O ganho de autonomia no trabalho pelo trabalhador nessas novas formas de trabalhar, como no caso deste estudo, as trabalhadoras autônomas, indica, deste modo,

⁴ Versão original: “lays more stress on the mobilization of cognitive capacities and subjective commitment during work so as to underline ‘the return of work to the worker’” (DIEUAIDE, 2010, p.134)

⁵ Versão original: “la capacité d’un sujet (individuel ou collectif) de déterminer librement les règles d’action auxquelles il se soumet, de fixer, à l’intérieur de son espace d’action, les modalités précises de son activité, sans qu’un extérieur (ici l’organisation formelle) ne lui impose ses normes (Chatzis, 1999, p. 29)”. (CHATZIS apud PERRENOUD, 2000, p.1)

⁶ Versão original: “the positive dimension of autonomy as the capacity to define and organize one’s own working conditions (method, sequence, relocation, working time)”. (DIEUAIDE, 2010, p.134)

uma superação da divisão do trabalho entre os que concebem e os que executam, ou seja, seria o “retorno do trabalho ao trabalhador”. Mas a autonomia torna-se mais complexa na medida em que existem uma diversidade de situações trabalho de costureiras, ainda por cima, existem aquelas que realizam uma fração do trabalho e trabalham por contra própria. Nessa situação, é questionável que o ganho de autonomia remeta a superação dessa divisão do trabalho, pois elas só executam como analisamos posteriormente.

Para analisar a complexidade da questão da autonomia no trabalho, depreendemos, dessa maneira, que é necessário encontrar dimensões que possibilitem seu exame, pois ela é encontrada em outros âmbitos. Para isso, o conceito de autonomia no trabalho integra três dimensões conforme o quadro 2:

Quadro 2: Autonomia no trabalho – As dimensões		
OPERACIONAL	IDENTITÁRIA	SOCIAL
“ligada às exigências funcionais, operacionais, que remetem à organização do trabalho.”	“marcada pela busca de afirmação de si, de liberdade, de realização, conforme a ideia já desenvolvida de um individualismo-emancipação.”	“para tal nos apoiamos na teoria do reconhecimento de Honneth - uma vez que a individualização e a inclusão social são os dois componentes dos processos de reconhecimento social.”

Fonte: Quadro montado pela autora segundo Rosenfield e Alves (2011, p. 213).

A partir dessas dimensões, podemos encontrar um caminho para analisar empiricamente a autonomia no trabalho. A dimensão operacional possibilita-nos pensar indicadores que nos aproximam mais do plano concreto, pois ela está vinculada aos elementos do trabalho. Ao passo que a dimensão identitária, a qual é mais difícil de ser percebida, está num nível mais abstrato e subjetivo. A dimensão identitária nos remete as experiências de trabalho vividas pelos sujeitos ao longo da sua vida, trazendo a ideia de uma afirmação de si, liberdade, realização. É através da trajetória de trabalho que podemos encontrar a dimensão identitária, pois conforme Pereira (2011),

A identidade como processo histórico é fundamentalmente definida pela capacidade de criação subjetiva da trabalhadora, é um movimento no qual a trabalhadora reformula, pela experiência social do trabalho, os pontos

fundamentais que a constitui. É a maneira como as trabalhadoras reconstruem subjetivamente os acontecimentos que julgam significativos da sua biografia social no trabalho. (PEREIRA, 2011, p. 248)

Para esse estudo, analisamos a dimensão operacional e a identitária. Pois, a dimensão social está vinculada a estudos relacionados com a teoria do reconhecimento, sendo de difícil alçada para essa proposta de estudo. Entretanto, não desconsideramos que ela exista.

Assim sendo, a autonomia no trabalho empiricamente, segundo Rosenfield e Alves (2011), pode ser entendida como:

Autodeterminação do trabalhador e sua responsabilidade ou liberdade para determinar os elementos de sua tarefa, bem como o método, as etapas, os procedimentos, a programação, os critérios, os objetivos, o lugar, a avaliação, as horas, o tipo e a quantidade de seu trabalho. Autonomia remete ao controle sobre todos esses elementos ou sobre alguns deles. (ROSENFELD e ALVES, 2011, p.213)

Além disso, outro autor auxilia e contribui para a análise empírica da autonomia no trabalho. O estudo de Azaïs (2004) aponta para uma análise da autonomia no trabalho pela via do questionamento das relações de trabalho, o que possibilita caracterizar o “trabalho autônomo” e o “trabalho subordinado”. Para tanto, o autor utiliza-se dos estudos de Zacarrelli, o qual estabelece critérios que permitem informar sobre o grau de independência ou dependência das relações de trabalho.

Tais critérios se dividem em três grupos: os fundamentais, os externos e os residuais. Conforme o quadro 3, podemos visualizar:

Quadro 3: Critérios que caracterizam o “trabalho autônomo” e o “trabalho subordinado”.

1º grupo de critérios	Critérios Fundamentais: 1. Subordinação = heterodireção = sujeição da prestação ao poder de direção, de organização e de disciplinamento do mandante. 2. Colaboração
2º grupo de critérios	Critérios externos ao conteúdo da prestação, se faltar ou se for fraco o critério principal (risco, continuidade do trabalho)
3º grupo de critérios	Critérios residuais que reforçam e funcionam como prova (horário, modalidade de retribuição,...)

O primeiro grupo são os critérios fundamentais, os quais distinguem se o trabalho é subordinado (isto é, o conteúdo é definido por outrem, configurando uma heterodireção) ou se é um trabalho de colaboração. Após viriam critérios externos, para determinar que forma assume o trabalho, por exemplo, no caso dos trabalhadores subcontratados⁷, configurando formas de emprego “disfarçadas”. E, os critérios considerados residuais, que servem como indicativos empíricos.

Ainda, se acrescentam critérios subsidiários, os quais servem para determinar a que categoria pertence o trabalho. Como podemos visualizar no quadro 4:

Quadro 4: Critérios subsidiários de análise

Critérios Subsidiários	Trabalho Autônomo	Trabalho Subordinado
A organização cabe ao:	Prestatário do Serviço	Mandante
Os meios de produção pertencem ao:	Prestatário do Serviço	Mandante
Participação de dependentes ou membros da família	Sim	Não
O Trabalhador produz	Para vários mandantes	Para um só
O trabalhador está submetido a horários de trabalho rígidos e prefixados	Não	Sim
Lugar de trabalho	Fora da esfera de influência do mandante	Sob a influência do mandante
O risco da prestação cabe ao:	Trabalhador	Mandante
O trabalhador recebe uma compensação	Periódica	Ao fim da prestação (resultado)
Liberdade do trabalhador para fixar as modalidades técnicas	Sim	Não

Tais critérios ajudam na construção dos indicadores de análise para a autonomia no trabalho das costureiras por conta própria. Eles “auxiliam a determinar se a

⁷ São trabalhadores de que executam uma parte da produção fora da empresa.

obrigação consiste na produção de um resultado ou em por à disposição uma energia de trabalho” (AZAÏS, 2004, p.176). Porém, tornam-se insuficientes para a análise da autonomia no trabalho em sua totalidade, pois abarcam apenas a dimensão operacional do conceito, deixando de lado suas outras dimensões. Além disso,

As categorias ‘autônomo’ e ‘subordinado’ dividem-se, por sua vez, em trabalho subordinado e para-subordinado, trabalho autônomo e ‘colaboração em caráter contínuo ou ocasional’, tornando óbvio o fato de que as formas de inserção no trabalho são múltiplas e que seus limites nem sempre são fáceis de serem traçados. Por esse motivo, alguns autores fazem referência à existência de uma zona cinzenta entre o assalariamento e a independência. (AZAIS, 2004, p.176)

Os estudos de Rosenfield e Alves (2011) e Azaïs (2004) tornam-se suporte para construirmos os critérios de análise da autonomia no trabalho das trabalhadoras costureiras. Para tanto, propomos analisar a autonomia no trabalho por meio da dimensão operacional e a identitária. Estas são analisadas a partir dos seguintes indicadores que elaboramos conforme o quadro 5:

Quadro 5: Dimensões de análise e seus indicadores

Conceito	Dimensões	Indicadores
Autonomia no Trabalho	Operacional	<ul style="list-style-type: none"> - Relações de trabalho (quem é o cliente, independência/dependência, capacidade de negociação – custos, prazos) - Organização do trabalho (criação) - Propriedade dos meios de produção - Riscos da prestação de serviços (acidentes, ausência, equipamento, erro no produto) - Jornada de trabalho
	Identitária	<ul style="list-style-type: none"> -Trajetória de trabalho (transitoriedade, fragmentada) - Socialização de gênero - Perspectivas futuras de trabalho

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A nossa hipótese centra-se na ideia de que a opção das trabalhadoras costureiras, pelo trabalho por conta própria, isto é, autônomo, não necessariamente conduz a autonomia no trabalho. As costureiras, por princípio, nessa modalidade de trabalho, teriam a liberdade para determinar por si mesmas as regras de ação do trabalho e da sua vida. Contudo a realidade é complexa e fluida, misturando elementos subordinados e autônomos nas condições de trabalho estabelecidas com seus clientes/contratantes.

1.1.3 A Autonomia no Trabalho e sua relação com o Trabalho por Conta Própria

Os sujeitos deste estudo são mulheres costureiras, as quais são trabalhadoras por conta própria. Definimos esses sujeitos por meio da categoria de “trabalho por conta própria” já que as trabalhadoras costureiras estudadas encontram-se *a priori* em uma forma de ocupação que não se configura como a de trabalho assalariado. Acreditamos que a inserção no mundo do trabalho pela via do trabalho por conta própria propicia, por princípio, um o espaço em que se concretize uma maior autonomia no trabalho. Entretanto, a partir da análise empírica, nos deparamos com a complexidade de configurações de trabalho que essa categoria abarca, tendo em vista que os limites estabelecidos entre o trabalho assalariado ou o trabalho autônomo estão insuficientes frente à realidade atual.

Para isso, buscamos a definição de trabalho por conta própria a partir da explicação proposta pelas recomendações de classificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em conformidade com o significado estabelecido por Holzmann (2012). O trabalho por conta própria é definido como:

A condição de inserção na produção de bens e serviços na qual o executante não está subordinado à supervisão, controle ou direção de outra pessoa, exercendo sua atividade de modo autônomo quanto aos procedimentos técnicos que a tarefa requer, à duração da jornada de trabalho, aos valores a serem cobrados pela sua execução. É, também, referenciado como trabalho autônomo. (HOLZMANN, 2012, p.727)

Na mesma esteira, a OIT compreende o trabalhador por conta própria como a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside, assim, exerce atividade econômica independente, com uma organização empresarial própria. Ele não é obrigado a cumprir uma jornada de trabalho previamente estabelecida e seu trabalho não é subordinado a outro. Possui um rendimento que pode ser variável, em razão da inconstância do seu trabalho. (IBGE, Relatório Pesquisa Mensal de Emprego, 2011)

Deste modo, a ideia de trabalhador por conta própria apresenta uma dimensão implícita a ele, a da autonomia, isto é, a ideia de um indivíduo autônomo que é capaz de gerir seu trabalho e sua vida. Por isso, para nossos sujeitos de pesquisa, partimos dessa categorização a fim de problematizar a autonomia na condição de trabalho das

costureiras. Pois, elas se encontram na situação de trabalhadoras por conta própria, ou seja, de trabalhadoras autônomas, mas, ao mesmo tempo analisamos como esta condição, na realidade, pode apresentar configurações que propiciam a autonomia no trabalho e outras que a coloca em xeque. Nesse sentido, o fato de estar na modalidade de trabalho por conta própria, não implica, necessariamente, que haja autonomia no trabalho, pois essa forma de inserção no trabalho pode mascarar formas de subordinação do trabalhador. Em conformidade com Pereira (2011), “ser ou não independente merece um ressalva nas atuais relações de trabalho” (PEREIRA, 2011, p.178). Isto é, no trabalho por conta própria, evidenciam-se diferentes formas de autodeterminação das trabalhadoras, assim como, formas de controle sobre elas.

1.2 O CONTEXTO MACRO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO DE COSTUREIRAS POR CONTA PRÓPRIA

1.2.1 As Trabalhadoras Costureiras Informais

Diante de um mundo do trabalho em constante transformação, no qual a realidade se torna cada vez mais complexa, heterogênea e movediça, as dicotomias teóricas entre o trabalho formal e o trabalho informal perdem sustentação fazendo com que a literatura sobre o trabalho não capte toda a dinâmica das formas de ocupação encontradas na realidade. Sobretudo no setor da confecção, o qual se caracteriza por uma ampla gama de situações no que se refere ao trabalho remunerado (ABREU, 1986).

Segundo Abreu (1986), a costura é entendida como um saber tipicamente feminino que se adapta às necessidades das mulheres em diferentes contextos e etapas das suas vidas. Essa prática da costura pode assumir várias formas de trabalho desde: a) uma forma exclusivamente doméstica (quando é apenas uma faceta adicional do trabalho doméstico); b) uma forma artesanal (na situação daquelas que possuem freguesia particular); até formas ligadas mais diretamente ao capital, c) quer na forma de assalariamento típico (numa fábrica ou confecção); d) quer sob a forma de trabalho industrial a domicílio (ABREU, 1986). Entretanto, quando nos debruçamos sobre a realidade das costureiras investigadas, percebemos como essas situações se misturam e tornam-se movediças no contexto que se apresenta.

As costureiras entrevistadas encontram-se nas condições de trabalho consideradas informais. Mas, para nós precisarmos o que está dentro da categoria conhecida como “informal” ainda é uma tarefa árdua do ponto de vista conceitual. Numa tentativa de solucionar essa dificuldade, classificam tudo aquilo que é “informal” através do ângulo da posição na ocupação do trabalhador. Desse ponto de vista, todo aquele trabalhador que não possuísse carteira de trabalho assinada seria considerado informal. Nesse sentido, segundo o Ministério do Trabalho (MTE), “(...) todos os empregados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria passaram a serem vistos como informais.” (Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, 2002, p.3).

O trabalho por conta própria das costureiras está inserido em um contexto mais amplo que é o de informalidade do trabalho. Com efeito, os trabalhadores autônomos, os quais neste estudo são analisados através das costureiras, são considerados como informais exatamente pela condição de exercer uma atividade por conta própria. Todavia, a situação dos trabalhadores informais torna-se complexa, pois este grupo abarca um universo muito diversificado, há uma série de características extremamente heterogêneas que compromete, inclusive, a manutenção destes ocupados sob uma mesma denominação. Conforme o Ministério do Trabalho, existe, entre os trabalhadores autônomos, uma divisão fundamental em termos de escolaridade. Os trabalhadores que são mais escolarizados são chamados de profissionais liberais e eles exibem uma realidade diversa daquela para o resto dos trabalhadores por conta própria (Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, 2002, p. 4).

Na conjuntura macro social do mercado de trabalho, os trabalhadores por conta própria correspondiam a cerca de 22,7% da população ocupada no ano de 1997, e em 2008, correspondiam a cerca de 19,2%. Podemos perceber que há uma queda pouco significativa do número de trabalhadores por conta própria durante esse período. Entre os trabalhadores por conta própria, com relação ao sexo, as mulheres trabalhadoras por conta própria correspondiam ao número de 15,6% em 2002, já no ano de 2008 correspondem a 17,1% (IBGE, 2008). Conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (2008), verificou-se que houve um comportamento de incremento, ao longo do tempo, da participação do sexo feminino no trabalho por conta própria. O que nos leva a pensar que, em conformidade com Pereira (2011):

O trabalho autônomo, ou por conta própria, cresceu sua participação na atividade econômica na década de 1990, quando comparado à década anterior, mantendo-se estável desde então. (...) Portanto, as formas de trabalho não assalariadas e as formas assalariadas instáveis são extremamente importantes na estruturação recente do mercado de trabalho no Brasil. (PEREIRA, 2011, p.21)

Segundo Neves e Pedrosa (2007, p. 14), “os processos de reestruturação produtiva têm ampliado a participação da mulher no mercado de trabalho, contudo, esta inserção não tem ocorrido na forma do emprego formal, mas em atividades informais e precárias”. Deste modo, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, é reforçada pelos processos da reestruturação produtiva, os quais analisamos a seguir e refletem sobre o contexto de trabalho das costureiras investigadas.

1.2.2 A Informalidade no Contexto da Reestruturação Produtiva

O mercado de trabalho vem sofrendo mudanças significativas, principalmente a partir das últimas décadas. As mudanças são transformações em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, ocorrido nos anos 1990, em conjunto ao contexto de crise do sistema capitalista (PEREIRA, 2011, p. 19). Entendemos o processo de reestruturação produtiva como:

O processo de reorganização do sistema capitalista mundial, desencadeado a partir dos anos 1970 como resposta à crise que o abalou. Compreende transformações profundas nos processos de trabalho e de produção, na estrutura das empresas, na redefinição do papel do Estado, na desregulamentação das relações entre capital e trabalho e na inovação tecnológica de base microeletrônica. Essas transformações se articulam e se combinam de modo particular em cada contexto histórico, traduzindo o poder de negociação dos agentes econômicos, sociais e políticos envolvidos no processo. O ideário neoliberal que lhes serve de fundo e as políticas implantadas favorecem e viabilizam as transformações que vêm assegurar a continuidade da acumulação do capital. (BAUMGARTEN e HOLZMANN, 2012, p. 506)

Com isso, o processo de reestruturação produtiva exige uma maior reflexão acerca da informalidade, pois esta apresenta forte tendência à expansão diante da adoção de processos produtivos pautados pela flexibilidade⁸ e precarização do trabalho⁹.

⁸ Segundo Holzmann e Piccinini (2006, p.131), a flexibilização é “o conjunto de processos e de medidas que visam alterar as regulamentações concernentes ao mercado de trabalho e às relações de trabalho,

Esta informalidade, “deixa de se referir somente à economia ilegal ou não registrada para fazer parte também da estrutura produtiva dos mercados formais através dos processos de flexibilização” (NEVES E PEDROSA, 2007, p. 17). Isto é, a informalidade torna-se sinônimo de flexibilidade e precarização do trabalho. Como consequência dessa conjuntura, o mercado de trabalho assume diferentes configurações e se expressa através dos terceirizados, trabalhadores temporários, autônomos e também pelo trabalho a domicílio¹⁰ (NEVES E PEDROSA, 2007).

As trabalhadoras costureiras estão inseridas no contexto de transformações da organização do trabalho, de mudanças nos modos de trabalhar, de proliferação do trabalho informal e precário, e de aumento do contingente de trabalhadores empreendedores (PEREIRA, 2011). Aliado a isso, conforme Abreu (1986, p.215), “a atividade da costura permite uma grande maleabilidade em relação à situação de trabalho formalizado sem o abandono da profissão”. Essa maleabilidade do trabalho das costureiras permite com que as trabalhadoras transitem em diferentes formas de inserção no mercado de trabalho em substituição ao trabalho assalariado, formando complexos arranjos de inserção.

A atividade da costura abre um leque de possibilidades de trabalho que podem ser fora do controle direto do capital, conforme Abreu (1986), caracterizada pela posição de “costureira particular”, concretizando assim, uma atividade totalmente independente. E, todas as costureiras entrevistadas em algum momento de sua trajetória passaram por períodos nessa situação. Entretanto, o “sonho”, assim como afirma Abreu (1986), para as costureiras e percebido nas costureiras desse estudo, “é realmente tentar estabelecer-se por conta própria, abrir uma pequena confecção, ter um ateliê de costura, montar uma ‘oficina’” (Abreu, 1986, p.222). Ou seja, um trabalho que se liga diretamente ao capital, mas ou mesmo tempo autônomo, e no qual se insere e sofre influência de um contexto de transformações do mundo do trabalho.

buscando torná-las menos ordenadas e possibilitando arranjos considerados inovadores diante de uma forte tradição de controle legal das relações laborais”.

⁹ Conforme Galeazzi e Holzmann (2012, p.420), o termo “precarização” consiste no processo de redução ou supressão de direitos trabalhistas, decorrente da disseminação de formas de inserção no mercado de trabalho, substituindo o trabalho assalariado e às proteções a ele associadas. Esse processo resulta na emergência do trabalho precário.

¹⁰ De acordo com Holzmann (2012, p.695), o trabalho a domicílio é a atividade que, tendo em vista a obtenção de remuneração, é realizada no espaço doméstico, por conta própria. O produto pode ser diretamente comercializado com o consumidor ou é encomendado por terceiros, fazendo parte ou etapa da produção, cujo acabamento ou montagem final é realizado em outro lugar.

Uma das formas de como o trabalho das costureiras liga-se diretamente ao capital é por meio dos processos de terceirização¹¹, em decorrência da reestruturação produtiva (TAVARES, 2002). Isto é, o setor da confecção, acompanhando essas tendências, tem se utilizado cada vez mais de estratégias que visam à redução de custos, à flexibilização da produção e a externalização de partes do processo produtivo (PEREIRA, 2011). Deste modo, as costureiras ligam-se ao capital através de uma parcela do trabalho que deixa de ser realizado na empresa. Estas costureiras são conhecidas como *faccionistas*¹² e realizam um trabalho industrial a domicílio¹³. São apresentadas nesse estudo, três costureiras que se encontram nesta situação de trabalho, isto é, trabalhando apenas para empresas e fazendo uma parcela do produto final.

O processo de descentralização da produção intensificou-se nos últimos anos em decorrência da competitividade do mercado internacional e das mudanças organizacionais das empresas, surtindo efeito sobre o trabalho das costureiras. Esse processo provocou a propagação de distintas configurações e relações de trabalho, “tem-se, assim, uma nova organização que oferece aos trabalhadores a possibilidade de tornarem-se patrões de si mesmos, sem necessariamente se tornarem capitalistas” (PEREIRA, 2011, p.20).

A descentralização da produção gera uma “deslocalização” do trabalhador, o qual não se encontra mais dentro do espaço físico da empresa. O trabalho pode ser realizado em diferentes locais, seja no domicílio, ou em espaço alugados, ou próprios para o trabalho. Com isso, a deslocalização do trabalho nega a categoria tempo de trabalho¹⁴, pois a duração e a distribuição do tempo despendido no ato de trabalhar não estariam sofrendo uma vigilância direta e, assim, se torna maleável pelo trabalhador (TAVARES, 2002). Deste modo, as trabalhadoras informais, paradoxalmente, se encontram vinculadas ao processo de produção da empresa, entretanto elas então desvinculadas

¹¹ Segundo Pereira (2011, p.20), o processo de terceirização “expressa o recurso gerencial pelo qual uma empresa transfere parte de seu processo produtivo para outra unidade empresarial, que opera interna ou externamente aos limites espaciais da contratante e que matém independência administrativa e de capital, visando a flexibilização da produção e do trabalho”.

¹² A *faccão*, conforme Pereira (2011, p.21) é o nome dado às empresas terceirizadas e costureiras domiciliares que prestam serviço de costura para empresas.

¹³ De acordo como Holzmann (2012, p.695), o “trabalho industrial a domicílio” é o nome usado para designar o trabalho realizado no espaço domiciliar quando executado por contratação, constituindo parte de um produto.

¹⁴ Segundo Rosso (2012), o tempo de trabalho consiste na quantidade de tempo consumida no ato de trabalhar, ele pode ser executado em horários demarcados e com certo grau de vigor.

dela enquanto assalariadas diretas. Elas não “existem” dentro da empresa, contudo o seu trabalho encontra-se incorporado ao produto final (PEREIRA, 2011).

Com relação às costureiras por conta própria, podemos perceber que elas são consideradas autônomas, por princípio, por um lado, por não estarem no ambiente da empresa e caso não forem assalariadas em domicílio. Entretanto, pelo outro lado, estão conectadas por “fios invisíveis” à empresa, mesmo que por períodos temporários, tornando-se dependentes, ou seja, subordinadas em certa medida. Pois, de acordo com Tavares (2002):

Essa deslocalização, que os neoliberais traduzem como “independência”, apenas cria a ilusão de que o trabalhador adquiriu autonomia, simplesmente porque não sai de casa e não sofre uma vigilância direta, como ocorre na empresa. Na verdade, o suposto trabalho independente é executado segundo uma obrigação por resultados, portanto, sob rigoroso controle e sob maior exploração. Trata-se tão-somente de uma falsa autonomia, marcada pelo desassalariamento e pela precariedade, mas onde o tempo de trabalho socialmente necessário continua determinante. (TAVARES, 2002, p.55).

Contrariamente, na realidade das costureiras por conta própria, percebemos que as trabalhadoras conseguem em determinadas situações a efetiva autonomia no trabalho independente. Mas também, ocorrem condições de trabalho relativamente controladas e as quais configuram uma exploração do trabalho e uma “falsa autonomia” em conformidade com Tavares (2002).

Aas mudanças ocorridas pelo contexto da reestruturação produtiva, ocasionaram distintas alternativas de relações de trabalho abrindo um espaço denominado “zona cinzenta” entre a dicotomia de trabalho assalariado e a de trabalho independente. Como aponta Azaïs (2004), “entre o trabalho plenamente subordinado e o trabalho plenamente autônomo existe uma série de situações intermediárias, verdadeira zona cinzenta entre o assalariamento e a independência” (AZAÏS, 2004, p.181). Deste modo, o que está acontecendo é um fenômeno denominado como hibridização das fronteiras entre as formas de inserção dos trabalhadores. A hibridização caracteriza-se por:

Uma perturbação nas fronteiras entre as formas de inserção dos indivíduos no trabalho, ela se expressa através da emergência de um sem-número de situações de trabalho, cujo efeito é o de escamotear a dicotomia – agora ultrapassada – entre trabalho protegido e trabalho não protegido, próprio às teorias da segmentação e que tem um impacto sobre as formas de contrato de trabalho, que vinculam empregadores e assalariados ou independentes. (AZAÏS, 2004, p.172)

Este fenômeno ocorre concomitantemente com uma individualização da relação de trabalho e, também, da relação salarial. Essas relações tendem a uma individualização e, esta é traduzida como um reconhecimento e uma demanda de autonomia por parte dos indivíduos no exercício do seu trabalho (AZAÏS, 2004, p.173). Entretanto, Gorz (1982) aponta que,

Teoricamente, quanto mais se amplia a autonomia, mais deveria radicalizar-se a recusa a heteronomia. A autonomia do trabalhador requerida pela empresa tenderia a afirmar-se independentemente da necessidade da empresa e a ganhar terreno em todos os planos. O trabalhador independente, no trabalho e pelo trabalho, tenderia cedo ou tarde a recusar sua redução à função produtiva. (GORZ, 1982, p.50)

Nesse sentido, o trabalho das costureiras tenderia a proporcionar uma maior autonomia ao trabalhador. Porém, na análise do trabalho de costureiras por conta própria, fica evidente que algumas trabalhadoras estão sendo incorporadas ao processo de produção de empresas formalizadas. Como aponta Azais (2004), as empresas utilizam-se desse trabalho fora do ambiente da empresa e não perdem tempo na formação de seu quadro sazonal, pois empregam as mesmas pessoas de um ano para outro.

No trabalho das costureiras independentes, a subordinação torna-se menos aparente do que nos empregos formais, entretanto ela está presente (PEREIRA, 2011). Mas isso não impede que dentro dessas situações complexas, o trabalhador busque sua autonomia no trabalho, pois, como nos afirma Azais (2004), “não é de surpreender o fato da história do capitalismo industrial ter sido uma tentativa de sujeição do indivíduo a um patrão, a uma máquina ou ao tempo e que o indivíduo-trabalhador monte estratégias para preservar parte de sua autonomia” (AZAÏS, 2004, p.179).

Em síntese, o panorama macro social promove cada vez mais um movimento de individualização seja dos contratos estabelecidos de trabalho, das tarefas realizadas, da jornada de trabalho, dos espaços nos quais o trabalho é realizado, modificando e criando, assim, outras formas das trabalhadoras costureiras inserirem-se no trabalho e novos condições e arranjos de autonomia no seu trabalho. Por conseguinte, passamos a discutir sobre os nossos sujeitos de pesquisa sob um olhar de análise da autonomia no trabalho das costureiras por conta própria.

2. A AUTONOMIA NO TRABALHO DE COSTUREIRAS POR CONTA PRÓPRIA

Neste capítulo, desenvolvemos a análise da autonomia no trabalho para sete trabalhadoras costureiras entrevistadas. O objetivo desse capítulo é responder à principal questão suscitada pelo trabalho: as costureiras por conta própria possuem autonomia? Realmente é um trabalho autônomo ou existem formas de subordinação? Em quais elementos do trabalho elas possuem autonomia?

Inicialmente, analisamos a dimensão operacional, a qual nos remete aos elementos do trabalho realizado por conta própria pelas costureiras. Em seguida, analisamos a dimensão identitária, a qual nos remete às experiências de trabalho vividas pelos sujeitos ao longo da sua vida. A análise destas duas dimensões é imprescindível para a compreensão da questão da autonomia no trabalho desses sujeitos.

2.1 A DIMENSÃO OPERACIONAL

Nesta seção, analisamos a dimensão operacional, a qual nos remete aos elementos do trabalho realizado por conta própria pelas costureiras. Para nosso entendimento, essa dimensão abarca as relações de trabalho, a organização do trabalho, a propriedade dos meios de produção, suas jornadas de trabalho e, por fim, os riscos da prestação desse serviço. Conforme Rosenfield e Alves (2001, p. 213) a “autonomia remete ao controle sobre todos esses elementos ou sobre alguns deles.”

2.2.1 As Relações de Trabalho com seus Contratantes/Clientes

Para investigarmos as relações de trabalho das trabalhadoras, propomos analisá-las de três maneiras, primeiramente, a) quem é o cliente/contratante, após, b) a capacidade de negociação das trabalhadoras, e, c) a dependência/independência das costureiras nessas relações. Compreendemos as relações de trabalho como os vínculos estabelecidos de prestação do serviço das trabalhadoras para seus clientes/contratantes. Essas relações podem configurar-se em uma dependência, a qual está relacionada à subordinação ou sujeição ao contratante/cliente, ou uma independência, a qual está

relacionada à autodeterminação ou liberdade para determinar a escolha do produto a ser confeccionado, para quem irão trabalhar, e a possibilidade de negociação.

Deste modo, para analisarmos as relações de trabalho das costureiras entrevistadas, primeiramente, apresentamos quem é o cliente/contratante. Para a costureira C1, seus clientes, são pessoas, adquiridas por uma rede de relações pessoais, como ela denomina, “por indicação” (C1, 2012).

Eu mesmo fui criando a minha, o meu círculo de clientes. Hoje eu tenho cliente em, nem eu sei aonde, de tantos, se tu me perguntar se eu tenho uma noção de quantas peças de roupa que eu já fiz eu não teria como te dizer. Por ano, uma vez eu comecei a anotar, deu mais de três mil peças por ano. Entre figurino, entre vestidos entre tudo, deu mais de três mil peças. (...) hoje eu vou te dizer assim, eu to num patamar que eu to selecionando, que nem assim, eu tenho muito, por indicação, eu nunca corri atrás de um cliente, eu vou te mentir se eu te disser, ah eu botei um anúncio no jornal, ou eu fiz cartãozinho, nunca, nunca. (C1, 2012)

Ela trabalha também para uma empresa há mais de um ano. Relata que: “não trato meus clientes simplesmente como clientes” (C1, 2012). São clientes que foram estabelecidos laços pessoais, até com a empresa. Assim como a costureira C2, a qual seus clientes são adquiridos por essas redes pessoais. São pessoas, “conhecidas e conhecidas das conhecidas” (C2, 2012). Ela possui conhecidos, que são proprietários de lojas e estão interessados no seu produto (camisa). Então, pretende abrir sua empresa e fabricar camisas. Ainda, é a situação que se configura para a costureira C3 e a costureira 4 (C4), as quais trabalham para clientes conhecidos, mas também adquiridos pela divulgação e por estarem num espaço visível para o público.

Já a costureira C5 e a costureira C7, seus clientes/contratantes são empresas. Elas dependem que estas empresas lhes tragam o serviço. No caso da costureira C5, ela trabalha, em conjunto com outras costureiras, a qual uma das entrevistadas é a costureira 6 (C6), para “mais ou menos” nove empresas. Ela adquiriu, inicialmente, esses clientes através de anúncios de jornal, mas posteriormente, foi ficando conhecida na costura, isto é, recebendo pedidos aleatórios. Mas já se tornaram clientes com laços pessoais. São clientes que estão há anos levando serviço para ela. E, para dar conta desse serviço, contrata¹⁵ outras costureiras para trabalhar no seu domicílio. Como nos relata:

¹⁵ A “contratação” realizada pela costureira C5 é sem vínculo empregatício. A relação de trabalho é estabelecida de maneira informal, a costureira C6 recebe um salário estipulado pela C5, mas ao mesmo tempo é autônoma.

(...) não me respondiam, porque, ah não, a gente vai ver alguma coisa a gente liga, mas nunca me ligavam sabe, daí eu, essa de roupa de chuva, daí eu consegui né, daí eles começaram a me trazer serviço né, e daí começo assim a dá certo só que a roupa de chuva tem uma época também. (...) é na rua, geralmente, a maioria das empresas hoje em dia ela terceiriza a produção. Então essa daí quando tem muito serviço colocaram no jornal e pediam, e pediam, quando desaquecia a gente ficava parada. (...) sabe, e as empresas terceirizando elas não tem aquele compromisso contigo, tipo assim, eu tenho, hoje no segmento, daí eu tinha que ir atrás. (...) porque daí tinha aquelas fases baixas aí eu comecei a fazer jaqueta, essas jaquetas com manta né, que ela tá virando ali, eu comecei a fazer jaqueta e essas jaquetas só dá no inverno. (...) daí eu comecei a ir atrás de outras empresas né, eu fui, eu comecei a ligar e a ir atrás aí eu comecei a pega o jeito de faze jaqueta. E daí assim as jaquetas, peguei bem o jeito e tava e, só que chegava na época do verão era complicado e eu não tinha outro maquinário né. (C5, 2012)

No caso da costureira C7, a qual trabalha sozinha em casa, ela trabalha para empresas, mas está prestando serviço direto para uma empresa no momento. Apresenta um relato de inimizade com a prestação de serviço para esses clientes. Como destacamos:

(...) a fábrica no caso, é uma outra já né, que traz, que tem uma confecção, uma fábrica de uniformes e daí eles trazem, esparramam por todas as costureiras né. (...) não, eu trabalho direto pra essa fábrica. (...) a C5 eu conheci porque eu tava sem serviço, liguei pra uma fábrica daí deram o telefone da C5, que a C5 sempre tem serviço sobrando foi ali que a C5 entro na minha vida. (...) aí ela me repassava, só que agora eu to pegando direto pra uma fábrica, porque eu trabalho sozinha né, então quem trabalha sozinha não pode pega pedido grande. (C7, 2012)

O caso da costureira C6 é o mais paradoxal, quando não entende se tem ou não um patrão, pois trabalha em conjunto com a C5, mas ao mesmo tempo é autônoma. Seus clientes são as empresas, mas está sob os comandos da C5. Como destacamos:

(...) como a gente diz, a gente não tem patrão, mas a gente tem patrão, têm os clientes que querem no prazo e querem por isso né, então é aquilo né, é autônomo, mas tem que dá explicação né. Não é fácil, mas tá bom, eu gosto né, então pra mim é tranqüilo né. Tudo que tu for fazer tem que gostar, se não gostar, não dá certo. (C6, 2012)

Além disso, analisamos como ocorre a capacidade de negociação dessas costureiras seja no momento de estabelecer os custos ou os prazos do serviço. Para as costureiras C1, C2, C3 e C4, há de fato um espaço de argumentação e liberdade para estabelecer seus prazos e seus custos. Elas conseguem estipular sua agenda. Conforme o que elas conseguem fazer assumem o trabalho pedido: “no momento que tu diz, oh eu preciso disso aqui tal dia, se eu te disse que tal dia vai fica pronto, naquele tal dia vai fica” (C1, 2012). Igualmente na situação da costureira C2, a qual estabelece seus prazos e custos, pois produz seus próprios produtos. Bem como as costureiras C3 e C4,

possuem a liberdade de decidir se pegam o trabalho ou não: “se está ao nosso alcance” (C4, 2012).

Doutro modo, a costureira C5, recebe os prazos de entrega do serviço, porém, quando existem atrasos, consegue negociar com seus clientes pela relação de proximidade pessoal. Mas ela preza pela entrega na pontualidade estabelecida pelos prazos dos clientes. Em relação aos custos, podem ser reajustados conforme o trabalho realizado. Já a costureira C7, não consegue negociar seus prazos de entrega. Como nos relata:

(...) ele chega, diz tal dia tu pode me entregar, mas eles já dão um prazinho a mais porque eles sabem que se eu não conseguir aquele dia, eu vou entregar no outro dia, também não é assim né, não é tão rígido o negócio, não é tão forçado de quando tem patrão, bom agora tu tens umas fábricas que aquelas deixam a gente louca. (C7, 2012)

Assim como a costureira C6, a qual não possui liberdade para negociar, nem os prazos, nem os custos. Sua situação se configura de uma forma que recebe “salário” pelo serviço realizado no ambiente de trabalho da C5. Ela recebe as ordens de serviço da C5 e de prazos da empresa, quando não consegue cumprir, a negociação com o cliente é feita pela C5.

Depreende-se dessas situações apresentadas pelas trabalhadoras, que a subordinação só é suprimida, quando as trabalhadoras produzem por “elas mesmas”. Isto é, quando a roupa produzida é confeccionada do início ao fim. Elas possuem liberdade para negociar, seja, escolhendo seus clientes ou estabelecendo seus prazos e custos. As costureiras C1, C2, C3 e C4, dispõem, nesse sentido, de autonomia, ou seja, possuem uma independência nessas relações. Já a costureira C6, sua situação configura-se como uma total subordinação da sua relação de trabalho com a C5. Ao contrário das costureiras C5 e C7, as quais estão configurando relações de trabalho relativamente dependentes e mais complexas, pois estão na dependência de que o contratante lhes traga o trabalho. Elas subordinam-se às exigências desse contratante, com pequenas possibilidades de negociação ou às vezes nula. E ao fim, então sempre numa situação de insegurança do vínculo, pois existem períodos determinados e esporádicos de mais trabalho e sem a certeza de continuidade desse trabalho. Além do mais, mesmo abandonando o espaço da fábrica, do trabalho formalizado, elas não abandonam as relações de trabalho com o contratante, como no caso da C5, a qual ainda presta serviço para a empresa que trabalhou como empregada. Assim como a C7, que

por trabalhar apenas para um contratante e sozinha, não consegue produzir de maneira significativa para ter um rendimento suficiente e, ao mesmo tempo, não dá conta de atender outros contratantes. Como destacamos na fala da costureira C5:

É complicado é que nem eu digo é um vínculo que é bom enquanto eles têm serviço pra me largar, mas quando não têm também eles não se preocupam como é que eu vou manter o pessoal, entendeu, ele não tem aquele compromisso comigo, e eu acho assim que essa é a parte injusta do negócio. Porque tu tens que tá sempre né, que nem no inverno eu não me preocupo, eu não preciso ir atrás, mas no verão eu tenho que ter aquele jogo de cintura sabe, tipo assim eu faço. (...) não faz contrato, nada pra eles, assim ó, a maioria das empresas que eu trabalho nenhuma pede nota, porque eles não querem isso, não querem esse vínculo. Eles vêm aqui, me pagam aqui ainda, nem é por conta, às vezes né, até alguns é por conta, mas a maioria é aqui, eles não querem assumi, até porque isso gera vínculo né, as notas, e eles sei lá e com a maioria do pessoal que eu conheço que trabalha em casa é assim. Para eles é muito mais fácil, eles não pagam as leis trabalhistas, não botam esse valor em cima do serviço porque tem serviço que eles pagam o básico do básico e ainda não tem aquele vínculo, não se incomodam, quando têm, eles dão, quando não têm, não dão e deu. (C5, 2012)

Conseqüentemente, percebemos a importância e a complexidade que toma a análise das relações de trabalho para compreendermos a autonomia no trabalho das costureiras. Corroborando com os estudos de Pereira (2011), a qual demonstra que não são suficientes os critérios estabelecidos por Zacarrelli (*apud* AZAIS, 2004), em relação ao fato de trabalhar para um só ou mais de um contratante como determinante da autonomia da trabalhadora. Conforme Pereira, a costureira:

Pode trabalhar para mais de um contratante e definir com quais vai trabalhar de maneira autônoma. Contrariamente, pode ser um sinal de vulnerabilidade, uma vez que a trabalhadora não tem qualquer garantia de que o mesmo contratante vá trazer trabalho novamente, a produção pode ser em quantidade insignificante e o risco de não pagamento alto. Ou pode trabalhar para um único contratante que lhe garanta trabalho o ano todo. (PEREIRA, 2011, p. 186)

Em resumo, as relações de trabalho expressam um ponto importante para determinar a autonomia no trabalho das costureiras, pois na análise de como os vínculos são estabelecidos é que se demonstram e se escondem as possibilidades da autonomia. O fato de estabelecer as relações de trabalho com mais de um cliente, não inviabiliza a subordinação das costureiras a estes. É necessário olharmos para outros elementos da relação, como a escolha do que produzir, para quem produzir e a capacidade de negociação dos custos e dos prazos.

2.2.2 Organização do Trabalho das Costureiras

Nessa seção, analisamos a autonomia das costureiras em relação à organização do trabalho. A organização do trabalho é entendida como a forma na qual é organizada e gerenciada as tarefas do trabalho, se é possível escolher o que fazer, colocar um toque pessoal e até dividir o trabalho com outras costureiras. Ao contrário do espaço da fábrica/empresa, as costureiras por conta própria, estão, por princípio, sem controle de outrem sobre a organização das tarefas de seu trabalho. Entretanto, em alguns casos das entrevistas realizadas com as costureiras, a organização do trabalho se assemelha ao de uma fábrica/empresa retirando a autonomia das trabalhadoras nas tarefas, mas em outras situações há a presença de uma grande autonomia.

Nas condições de trabalho das costureiras C1, C2, C3 e C4, há um controle da organização dos trabalhos por elas mesmas. Essas trabalhadoras possuem a escolha de trabalharem sozinhas ou em conjunto. Conforme o relato que destacamos:

(...) eu sempre trabalhei sozinha, não trabalho com ninguém, não consigo, tentei, mas não consigo, não adianta. (...) ela só costurava, não cortava. Tinha uma, ela fico três anos comigo, mas daí ela precisou, teve problema de família, daí teve que ir embora, não conseguiu. Daí tentei com mais uma, daí não deu certo, daí eu disse, não. Eu tenho um jeito de trabalhar. Eu sou muito chata, se a costura não ficou exatamente aonde era pra ficar, eu vou desmanchar uma, duas, três vezes e vou fazer exatamente aonde é pra ficar. E, é difícil, eu sei que é difícil tu encontrar pessoas que trabalhem e queiram fazer. (...) daí eu cheguei à conclusão que é mais fácil eu trabalhar sozinha, conta comigo, só comigo e deu, que daí eu sei o que eu posso assumir, que que eu não posso. Porque é muito ruim tu pegar uma pessoa contar com o trabalho dela e daí chega na hora, ah, mas eu não vou fazer, ah eu tenho um compromisso, não vou poder vim, sabe então, eu disse não, não preciso, então eu trabalho dentro daquilo que posso garantir que eu vou fazer. (C1, 2012)

Em relação à costureira C1, ela possui autonomia de organização do seu trabalho, seja prestando serviço aos clientes ou para a empresa. Ela consegue até modificar o produto, colocando um toque pessoal, sem anteriormente consultar o contratante. Em suas palavras:

(...) ele me traz cortado daí é só montar, é fechar que nem ele diz. Mas não precisa costurar botão, não precisa fazer as casinhas nada pra fechar, isso é com ele. Eu só fecho e entrego ela pronta, ele me traz com, não tem nenhuma aqui. (...) ele traz o material cortadinho e montadinho é só pegar e costurar. (...) ele chega e sempre me liga tenho 10 camisas, pra quando, daí eu estipulo o meu prazo, ah eu posso pra tal dia. (...) cada uma pessoa que compra, eu só faço. (...) só pra *** (empresa) que ele traz cortado, o resto não, o resto tudo é eu que corto, eu que monto. (...) já faz mais de um ano que eu to trabalhando com o *** (empresa) e às vezes ele me enlouquece né. Que nem

às vezes ele me traz um fecho invisível de jaqueta, daí eu troquei os fechos pra ti tá, como assim, ah porque tu me trouxe fecho comum, ah eu não fiz isso, daí eu disse, fez, daí porque tu não me ligou, daí eu sim, daqui a quatro dias tu ia me trazer, porque assim tu vai acabando conhecendo a pessoa e como eu sei que ele tá sempre correndo, eu incomodo ele. (C1, 2012)

Em conformidade ocorre com a costureira C2, a qual consegue ter autonomia total sobre a organização do seu trabalho, possibilitando acionar seu processo criativo durante seu trabalho. Como destacamos:

(...)eu, se eu for criar, criar é uma coisa assim ó, pra tu criar, não é à-toa que qualquer pessoa que cria sabe que não é todo dia que ela tá disposta a criar né, então no dia que eu tenho que, digamos assim, que eu to muito, muito boa pra criação eu tiro todos os meus modelos, eu faço os meus desenhos, os meus rascunhos dos desenhos sabe, tipo assim, a manga assim, a gola assim, sabe, vou trabalhando as minhas criações, digamos assim, daí eu boto tudo num desenho ali rapidinho pra não me perder, daí depois eu começo a trabalha em cima do corte, ai eu corto, eu corto essa, sabe daí eu corto, todas as camisas assim que daí eu tiro tempo pra cortar aí depois é a costura né. (...) eu faço tudo, na verdade eu trabalho em cima do, como eu não sei fazer, eu não sou modista, eu não sei fazer o molde, eu não sei fazer, então eu trabalho em cima dos moldes. Eu pego a base, a base do molde que eu já tenho e dali eu faço então, uma manga diferente, sabe, eu lanço um bolso, eu lanço uma tira, um cordão alguma coisa entende, pra mudar aquele, pra não se igual né, a base não é, a base muda pouco, o que vai muda é a minha criatividade em cima daquela roupa, assim que eu faço e tem dado certo. (C2, 2012)

Assim como as costureiras C3 e C4, elas escolheram seu espaço de trabalho (alugando uma sala para trabalharem) e organizam como fazer o trabalho entre as duas. Como relata a costureira C4:

(...) Na segunda feira eu faço a agenda do que tem para semana, aí eu coloco tudo no papel aí a *** (Costureira 3) ela corta né, então tudo tem que cortar, tem que montar e colocar alí pro cliente pra vim provar, daí, segunda, terça, quarta, quinta e sexta, daí na segunda eu já passo que tem que fazer na semana né, claro que às vezes chega alguma coisa que é corrido e se tá no nosso alcance a gente faz, se não, não faz. (...) mas tem a prova, daí da prova a gente sempre deixa a pessoa modificar. (...) às vezes faz um modelo na prova não gosta, se dê pra trocar modelo, troca modelo, e já teve cliente que não gostou da roupa em si só que é uma coisa que a gente tem que aceitar porque tem pessoas que são, que tem um gosto muito difícil sabe, e não se gostam também aí quando colocam uma coisa, vê numa modelo um vestido bonito, a modelo é uma modelo né, aí é difícil caí bem na gente que tem 'corpicho' já né, mas nada que a gente não possa incrementar, fazer mais alguma coisa que nem ia ficar bem né, e a gente faz. (C4, 2012)

Já as outras costureiras, a C5 e C7, gozam de certo grau de autodeterminação, mas, ao mesmo tempo, então submetidas às regras do contratante. Elas só costuram, como denominam, fazem a facção. Para esta prestação de serviço, a costureira C5 forma uma divisão do trabalho, pois ela contrata outras para o auxílio. Ela organiza o processo

de produção¹⁶ de forma semelhante ao da fábrica. Nesse ponto, ela possui autonomia para determinar o que deve ser feito e as tarefas a serem executadas pelas demais. Como destacamos:

(...) eu só costuro, eles me dão tudo e eu costuro. E eu não boto botão, assim, hoje até tem uma empresa que a gente tá colocando botão né, que daí vem os jalecos deles e eu boto botão, mas a maioria das empresas o acabamento, botão, essas casinhas aqui, passar, é feito dentro da empresa. Eu sou uma facção que eu só costuro. (...) eu procuro manter o grupo. O grupo não faz, tipo assim, se elas pegarem um blazer desse aqui que é social, que é uma costura mais detalhada, elas não fazem, elas fazem a primeira parte, que seria a foro, montar o foro, tipo assim ó, fazer essas costuras retas só que na hora de montar, nesse acabamento aqui ó, de fazer esse bolso aqui, elas não fazem, só eu faço, só que essas peças pagam muito melhor, tipo assim uma calça, tipo aquela calça feminina que eu te mostrei de uniforme ela paga 7,50 a mão de obra tá, e uma calça masculina daquelas ali de alfaiataria, ela me pega 15, é mais que o dobro, então aquelas ali eu faço, e essas daqui eu já largo no grupo. (...) quem faz geralmente, geralmente é as empresas que me trazem. Eles me trazem tudo cortado, tudo em rolinho, tipo assim ó, aqui é só camiseta dessa boutique que eu te falei ó, então elas me trazem tudo cortado né ó, cortado, e como eu já sei o que que é, eu já faço, e daí tem algumas peças tipo deixa eu vê. (...) aqui nós somos, nós estamos em quatro agora, aqui dentro, e eu tenho duas que trabalham em casa pra mim, no inverno a gente chegou a estar em oito ao todo. (...) o salário das gurias eu pago por hora, eu pago elas por hora né, um salário X por hora e tipo assim, e se elas se esforçarem, eu vi que as pessoas ficaram ali, dou um pouco melhor, eu dou até um pouco mais, mas assim, as gurias aqui dentro, a que ganha menos, ganha em torno de 750 reais, ganha 800, 900, mais INSS que eu pago daí, não desconto. É quase que uma empresa né, e daí às vezes elas falam, ah como é que tu calculas, é tudo, eu tenho os cálculos, tudo na cabeça, algumas coisas eu anoto, mas eu sei tudo de cabeça assim, eu geralmente, o valor das peças, e a gente trabalha por dia e já vou fazendo a quinzena, pra ir somando pra ver se fechou, o trabalho e fechamento, tipo se eu preciso de 2 mil pra fechar a quinzena, luz, água, elas, eu trabalho em cima daquilo ali porque o que sobra eu sei que é meu, e o meu eu sempre tiro, porque eu faço... eu pago uma média de 300 reais por mês (luz), então assim, o meu eu sempre tiro porque eu faço social então o meu é diferenciado né, eu procuro fazer, com que elas fechem na produção o salário delas nessas épocas, no inverno eu não preciso me preocupa porque o valor sai de qualquer jeito, porque o valor é maior. (C5, 2012)

A situação de costureira C7 configura-se parecida, pois ela opta por trabalhar sozinha, fazendo só a montagem da roupa e trabalhando para uma empresa. Ela não possui liberdade para a criação, nem para modificar algo dentro do processo de produção. Como nos relata:

(...) não, eu só faço, eu só monto do jeito que vem, se vier torta eu mando torto, igual vai ter que desmanchá, mas a culpa não foi minha, veio do corte já, aconteceu há poucos dias, tem isso, porque assim ó, a roupa, o tecido, se lá no corte sai errado, não tem como tu arrumá, a costureira tá ali pra montá, não pra recorta, e nem pra bota no ponto, ela, se cortaram errado, ela vai

¹⁶ Entendemos que o processo de produção consiste nas atividades orientadas e exercidas durante a confecção do produto. Esse processo está inserido na forma como as costureiras organizam o trabalho.

montá do jeito que tá, então a costureira monta errado e a culpa fica pra costureira, que a cortadora não assume isso nunca, tem tudo isso. (C7, 2012)

A costureira entrevistada C6 está sob comando da costureira C5, apesar dela ter liberdade por não estar dentro de uma empresa/fábrica, de poder conversar, sair para almoçar, ir para a casa, atender um telefonema, faltar ao trabalho, ainda possui o controle da C5 sobre ela. Ela está subordinada tanto em relação à C5 quanto em relação ao serviço para o contratante. Ela não possui autonomia no processo de produção, pois tem que fazer o que a C5 determina. Dentro do processo de produção tenta propor uma mudança na confecção, porém é barrada, não possuindo liberdade para a criação. Como destacamos:

(...) Eu recebo ela cortada, só faço a montagem. Eu não corto, aqui ninguém corta. Ela vem pra gente tudo, as peça tudo separado daí chega aqui e a gente monta ela, tem uma que tem vinco na manga, essa aqui perdeu as golas né, aí nós não estamos conseguindo montar porque tá faltando as golas da cor do material. (...) porque tá faltando material, não tem material, e daí eu quis colocar preto né, quis trocar, colocar um preto embaixo, aí tem que trocar, aí tem que agüentar isso aqui. (...) não, não pode, tem que conversar com eles, ver se eles (contratantes) aceitam. (...) que nem assim ó, eu falei pra C5, que que tu acha a gente, que essa gola aqui ela teria que ir no forro, que aparece, aí botar embaixo uma preta, daí não, daí a C5 falou não, não podia né, aí parou por causa disso, esperando pra vir o material para gola, para eu fazer a gola dela. Mas a gente não tem opção de mudar, não. A única coisa que tu podes é assim, ah dá uma olhada como é que tu vai fazer, depois que tu pegar a peça, dependendo da peça, ah desse jeito vai ser mais fácil e mais rápido de eu fazer, aí tu faz daquele jeito ali, é a única coisa né. (C6, 2012)

O trabalho por conta própria das costureiras permite uma maior autonomia quando a costureira consegue escolher o que fazer, quando fazer, quando existe espaço para a criação, e até a liberdade para determinar o local de trabalho. Contudo, em alguns casos, como das costureiras entrevistadas, C5, C6, e C7, suas condições de trabalho não impedem que sofram formas de controle e de sujeição na organização do trabalho, colocando assim sua autonomia no trabalho em xeque. Portanto, o trabalho por conta própria das costureiras permite por um lado, mais autonomia na organização do trabalho, mas por outro não impede totalmente as formas de controle e sujeição sobre sua tarefa.

2.2.3 A Propriedade dos Meios de Produção

Passamos, então, nessa seção, a verificar a propriedade dos meios de produção das costureiras entrevistadas, isto é, se elas possuem ou não todo o maquinário

necessário para exercerem seu trabalho. Analisamos a propriedade dos meios de produção a fim de compreender se esta possibilita que as trabalhadoras tenham liberdade de escolha para quem trabalhar e gerir conforme quiserem os equipamentos do seu trabalho.

Das sete costureiras entrevistadas, seis são proprietárias dos meios de produção. Apenas uma não possui os meios de produção, a qual trabalha prestando serviço para a costureira C5. As trabalhadoras que possuem, foram adquirindo seus maquinários ao longo do tempo a partir do seu trabalho ou ganhando de familiares. Contudo, no caso da costureira C5, ela passou por um período em que a empresa, para qual presta serviço, chegou a emprestar o maquinário para realizar o trabalho. Como destacamos:

(...) São todas minhas, comprei uma, depois eu fui comprando outra, e que nem assim, eu tenho cinco máquinas e uma pessoa só né pra trabalhar. (C1, 2012)

(...) Eu já fui investindo nisso né, eu tenho overlocks, eu tenho mais de uma, eu tenho duas retas, tenho, para quem é doméstica, digamos assim né, eu tenho, duas overlocks, duas retas, uma ziguezague, máquina de corte, to adquirindo uma galoneira e também quero uma de, alguma coisa em estampas, também quero coloca estampa nas roupas né, daí estou, isso eu não comprei ainda, a de estampa. (C2, 2012)

(...) é isso vai muito da vontade né, no momento que tu começa a costurar teu sonho é ter uma máquina. Eu comecei a costurar, eu ganhei uma máquina na verdade, Singer, aonde eu costurava roupa nela, aí eu comecei a costurar na loja, primeira loja que eu fui trabalhar, meu primeiro salário eu comprei uma overlock. O sonho de toda a costureira é uma overlock, reta até pode ser uma Singer, mas a outra é nota 100. Aí comprei a overlock. Aí depois que eu estava trabalhando na outra, quando eu comecei a costurar eu queria essa máquina, aí meu sonho era essa máquina, eu sempre falava, eu quero essa máquina, aí um dia, quando a gente entrou de férias e tal, depois das férias, apertou, deu uma apertadinha e eles não tinham como me pagar, aí foi quando ele me ofereceu a máquina, aí eu peguei a máquina. Aí depois tem a máquina picô, para gente que faz vestido de festa, utiliza muito em bainha em vestido de festa, aí o sonho era uma picô, aí fui trabalhando, trabalhando, juntando direito para conseguir a máquina, mas consegui, mas consegue, porque é todo o sonho de uma costureira quando começa a costurar é as máquinas sabe, então tu começa a trabalhar e tu vai conseguir. (...) só a peça mesmo que é alugada. O resto tudo é nosso. (C4, 2012)

(...) hoje todas as máquinas são minhas, naquela época eu comecei com duas máquinas emprestadas. (...) da empresa, que então quando eles venderam as lojas eu tive uma dificuldade porque eu não sabia, eu só sabia costura couro quase e o sapato, o meu maquinário não se adequava no sapato. (C5, 2012)

(...) eu tenho máquinas. (...) as máquinas são minhas. (...) comprando a prestação. (C7, 2012)

Depreende-se, a partir desses dados de pesquisa, que as costureiras quando são proprietárias dos meios de produção não conseguem necessariamente uma maior autonomia no seu trabalho, seja em relação à definição dos seus clientes/contratantes,

seja para definição do seu produto ou ao uso autônomo das máquinas. Além do mais, fica a responsabilidade sobre elas da aquisição dos equipamentos a cada mudança de produto. Na situação das trabalhadoras C1, C2, C3 e C4, a posse de tais meios de produção é em razão da escolha delas de qual produto pretendem confeccionar, propiciando a definição de para quem irão prestar o serviço. Já as costureiras C5 e C7, mesmo possuindo as máquinas, estão relativamente subordinadas a tal produto de seu contratante, pois prestar serviço de outro produto demanda a aquisição de novas máquinas. E, a costureira C6, a qual, por depender dos meios de produção oferecidos pela C5, encontra-se impedida de se autodeterminar no trabalho, ficando subordinada à escolha dos contratantes e produtos de decisão da C5.

Em suma, podemos verificar que possuir os meios de produção não necessariamente implica em uma maior autonomia das trabalhadoras, pois mesmo os possuindo, ainda podem ficar sujeitas a contratantes e a confeccionar um determinado produto em razão da funcionalidade da máquina que possuem.

2.2.4 A Jornada de Trabalho

Examinamos, nessa seção, como as costureiras estabelecem a sua jornada de trabalho tendo em vista que se encontram num trabalho por conta própria, que por princípio, se realiza fora do controle do tempo por outrem. Deste modo, tratamos da gestão do tempo dessas trabalhadoras visando se elas têm a liberdade de escolher, estipular ou mudar seu tempo de trabalho para dar conta das demandas. Tempo de trabalho, que é atravessado, no caso de algumas costureiras entrevistadas, pela conciliação com o âmbito do domicílio.

Do nosso campo de pesquisa investigado, as costureiras conseguem fixar livremente seus horários de trabalho, com exceção da costureira C6¹⁷, a qual se subordina ao horário de trabalho estipulado pela costureira C5.

¹⁷ Não relatamos a jornada de trabalho da costureira C6, pois não conseguimos relatos seus na entrevista realizada. Entretanto, podemos perceber como é estabelecida sua jornada de trabalho a partir do relato de entrevista destacado da costureira C5, porque esta costureira narra como estipula o tempo de trabalho das outras costureiras.

As costureiras que possuem autonomia na gestão do tempo (C1, C2, C3, C4) apresentam maneiras diferentes de estipular seus horários de trabalho. As costureiras determinam para si mesmas quando trabalham. Assim, podem sair durante o dia, ou trocar seu horário de trabalho, ou escolher o melhor horário para realizar seu trabalho, podendo recuperar esse tempo de trabalho conforme a demanda. Elas conseguem delimitar seu espaço de pausa e de trabalho fora de “seu” horário. Como analisamos em seus relatos:

Eu trabalho de segunda à sexta, das 07h30min até as 6h da tarde. Menos o horário do meio dia, no horário do meio dia à 1h eu não atendo ninguém, nem o telefone eu atendo. Do meio dia à 1h eu me dou o privilégio de nem o telefone eu atender. Porque é meu horário de almoço, é meu horário que eu fico com a família, é a hora de almoçar, a hora que eu largo a criança na escola, e então, nesse horário é meu. Então assim ó, agora fora disso, óbvio que eu trabalho além das 6h, mas pra atender pessoas até as 6h, é claro que tem aquelas exceções, que nem eu tenho cliente que mora em Montenegro, por exemplo, que trabalha lá e precisa fazer um vestido, por exemplo, ela me liga, tu pode me atender, mas eu só posso no sábado de manhã, que dia, aí eu vou, (aponta para seu calendário na parede), tá tudo riscado, só eu me entendo com isso. Tinha outro que nem eu me entendia mais. Esse aqui eu só marquei os mais importantes, os mais assim, se não, não tem. Daí a gente agenda, ah eu posso no sábado às 10h, pode ser, pode, tal sábado então já pego que tu podes ver, é poucos os sábados que tu vê marcado ali. (...) eu gosto muito disso, tanto que meu marido briga comigo porque às vezes eu fico trabalhando até tarde da noite. Agora não, agora eu to me policiando, mas às vezes eu não via era duas e meia, três horas da manhã eu tava costurando. (C1)

(...) é, agora depende de nós né, mas a gente cumpre horário, a gente tem horário, mas é o nosso horário, a gente toma café, depois que a gente vai trabalhar, claro, dentro do horário que a gente faz para o cliente, das 8:30 ao meio dia e daí da 1h às 6h. (...) sim, claro, quando a gente trabalhava fora era 7:30 né. Então a gente trabalha, sobe, almoça e tal, mas já desce e continua trabalhando sabe, mas se a gente quiser dá uma passeada a gente vai, pegar um ar, caminhar um pouco, ver as lojas, os calçados, as roupas, isso tudo é perfeito. (...) de segunda à sexta. Não trabalhamos no sábado, privilégio, a gente toma chimarrão, toma café, almoça, tudo tem oportunidade. A gente passa mais aqui do que em casa né, então é eu e ela (C3), de segunda à sexta feria é eu e ela. (C4)

Entretanto, por mais que a possibilidade de escolher e estipular o horário de trabalho seja um fator de maior autonomia. Essa autodeterminação do tempo pode esconder uma exploração do trabalho, fazendo com que as costureiras precisem trabalhar longos períodos para dar conta do trabalho e, mesmo fora do espaço da fábrica/empresa, mantém essa organização do tempo, não ganhando mais por isso. Como nos relatam as costureiras:

Eu levanto de manhã, tom o meu café e vou pra máquina. Sim, é meu horário, eu trabalho mais em casa do que se eu tivesse numa fábrica, sim, porque daí eu tenho aquele compromisso de montar de, tá pronta para tal dia tem que entregar para eles(empresa) porque eles têm que entregar o pedido

né, então eu trabalho, como eu já te disse, já virei noites, duas noites seguidas, para terminar os pedidos, o resto dos pedidos, no caso. (C7)

(...) então eu me organizo, as tardes eu tiro para isso, todas as tardes, às vezes eu entro a noite adentro e às vezes eu vou de manhã, não tenho, quando, sabe, quando eu tenho alguma coisa pra fazer aquele é o meu objetivo né. (...) olha eu trabalho mais que se fosse trabalha numa empresa. (C2)

Aqui dentro a gente faz horário de firma né, a gente trabalha das 7:30 as 11:30, da 1:00 as 6:30. Toda a semana e daí final de semana né, tipo tem uma que não trabalha no sábado, as vez se precisa, ela vem no domingo. Todo dia, ganha um pouco melhor né, assim porque daí é um extra né, então. (...)ah no trabalho, eu procuro assim, ã, tipo assim, eu levanto 6:30 da manhã daí eu arrumo os, tenho dois guris né, um é meu e o outro é um sobrinho que eu to criando, mas o dois tem a mesmo idade e estudam na mesma sala então de manhã eu arrume eles e se meu marido já saiu eu levo eles pro colégio, daí eu volto aí tem uma das gurias que já tem a chave então ela, daí geralmente quando eu saio de dentro de casa ela já tá aqui dentro, e daí as outras vão chegando, daí quando eu volto já tão todas aqui. 7 horas, uma já tá, mas as outras pegam 7:30. Daí a gente trabalha até as 11:30, daí todas vão pra casa almoça, e eu saio pra faze almoço né, que daí são pra três filhos né, ai nesse horário do meio dia eu boto roupa pra lava, eu estendo roupa, eu faço comida, eu me viro com o que dá né, e daí 1hora eu to na linha de novo, porque a gente cumpre horário, aqui eu sou, nessa parte eu exijo, eu exijo de mim. (...)do grupo também, assim como eu dou exemplo e exijo que elas cumpram horário, isso ai é uma exigência que eu faço, eu não aceito o contrário, que eu penso que a gente tem que ter compromisso e eu tenho que ser exemplo né, então o nosso horário normal é das 7:30 às 11:30 da 1:00 às 6:30 da tarde. (C5)

Em resumo, poder estabelecer a sua própria jornada de trabalho é determinante para se alcançar uma maior autonomia, pois as trabalhadoras conseguem gerir seu tempo de trabalho e ao mesmo tempo realizar tarefas que trazem um benefício pessoal, em contrapartida à costureira C6. Ela está subordinada ao horário de trabalho estabelecido por outra. Portanto, a jornada de trabalho é determinante para se alcançar a autonomia no trabalho. Contudo, percebemos que essa liberdade de gestão do tempo pode acobertar formas de exploração do trabalho das costureiras, pois algumas não recebem pelo tempo extra de trabalho.

2.2.5 Os Riscos da Prestação do Serviço

Nessa seção, averiguamos os riscos da prestação do serviço com base nos critérios de Pereira (2011). Segundo a autora, o risco é entendido como: a) o risco da quebra de máquinas (para quem fica o ônus), b) o risco do erro do produto, c) o risco do não pagamento pelo serviço realizado, d) o risco de não haver encomendas, e) o risco de acidentes na execução do trabalho. Esses riscos configuram-se como ameaças à

viabilidade do trabalho por conta própria das costureiras, pois podem interferir no trabalho dessas mulheres e são comuns a todas elas.

Primeiramente, em relação ao maquinário, as costureiras relatam que qualquer problema ou ajuste necessário está sob sua responsabilidade. E, para isso, acionam conhecidos para solucionarem os problemas. Como destacamos dos seus relatos:

(...) tudo por minha conta. (...) tem uma pessoa que se estragar e eu não conseguir consertar, eu ligo e ele vem consertar pra mim, que é um rapaz lá de Sapucaia, mas ele mesmo tem várias coisas que eu já ligo e já digo, a maquina tá assim assim, ah tu já mexeu aqui, já, não aconteceu nada, às vezes eu mesmo conserto. (C1)

(...) chama o mecânico, eu que tenho que pagar. É, não queira ser costureira. (C7)

No que se refere ao risco de erro no produto, as costureiras apontam que são poucos. Algumas (C1, C2, C3, C4) assumem a responsabilidade e arcam com custo do erro: “(...) olha se deu esse problema acho que foi muito pouco né, nossa é, mas se a gente estragar o tecido, claro que a gente tem a responsabilidade de comprar ele de volta né, sem a cliente ficar sabendo” (C4). Já outras costureiras (C5, C6, C7), não assumem a responsabilidade e conseguem que o contratante lhes encaminhe o tecido novamente para que deem continuidade ao trabalho, sem arcar com esse custo. Mas ao mesmo tempo, já ocorreu em determinada situação de erro, por parte da costureira, e ela arcou com isso. Como destacamos:

(...) tipo assim, eu estraga uma peça dessa calça social até aconteceu com aquelas pretas, eu queimei um coz, eu ligo pra empresa e peço pra corta outro, eles cortam, tranqüilo. (...) quando é coisa assim, não. Sabe, têm umas empresas que são mais chatas, já aconteceu de ter empresa assim que dá algum conserto, alguma coisa errada e eles me descontam, tipo se eles arrumaram dentro da fábrica me descontaram, e assim, já aconteceu de eu estragar que nem a jaqueta lá tem bordado né e já aconteceu de eu estragar a peça do bordado, é já aconteceu de eu estragar num pedido assim quatro bordados sabe, quatro peças bordados a empresa foi lá corto, bordo de novo mais isso daí é uma coisa que fica aquela parceria né, tipo assim, daqui a pouco tem uma jaqueta que eles, que alguém que compro, levo para eles, porque estragou o zíper, daí eles mandam pra mim, eu troco esse zíper e não cobro também. Então a gente fica naquele toma lá da cá. Um ajuda o outro. (C5)

(...) um incidente? Tipo de cortar? Se acontece de um bolsinho ficar virado, é fácil, tu só abre e vira ele ao contrário, único problema que pode acontece é na Over que pode acontecer de, que nem tem peça que vai na Over que a gente dá uma pisada meia errada e pega né, aí tem que ligar para ele, para ele trazer um outro tecido pra gente, ou traz cortado já, ou traz e a gente corta né. A gente coloca o molde em cima né, que vem uns moldezinho em cima e corta, a gente tem que cuida o que dá mais transtorno é se acontece alguma coisa com essa peça aqui, que vem a serigrafia né, ele faz, mas daí vai demorar, vai fica parado mais tempo, porque daí ele vai ter que levar pra

serigrafia vai ter que fazer a arte de novo tudo né, até trazer, mas daí quando é uma peça lisa tipo a manga aqui que não tem nada, ou a outra frente que não tem nada, aí é fácil porque daí ele traz a peça, geralmente ele traz o tecido, daí a gente põe essa peça aqui em cima, risca ela e corta, por essa aqui a outra peça se acontece um incidente. (...) é por conta deles, porque incidente acontece né, a pessoa cuida mais do que pode para não acontecer né, é muito difícil de acontecer. (C6)

Ainda, as costureiras que trabalham por conta própria, estão sujeitas ao risco do não pagamento pelo serviço realizado. Elas se encontram numa situação em que não possuem vínculo formal de trabalho, seja com quem for seu cliente. O não pagamento pelo trabalho realizado ocorre com as costureiras que assumem apenas empresas como seus clientes. Como nos relata a costureira C7:

(...) tem muitos que mandam para costurar e diz assim, tal dia eu pago e chega o tal dia e tchau para ti. Eu trabalhei para uma firma de capa e eles sumiram, eles e muita gente. Daí, trabalhei na véspera de natal que nem uma condenada fazendo capa de chuva, quando foi no ano novo, eles não pagaram mais nada. Eu entreguei o serviço. Tem gente que não paga. (C7, 2012)

Ainda, esse risco pode ser de atraso do pagamento:

(...) mais que uma vez, ano passado no natal, eu trabalhei tanto, que eu amanheci também trabalhando para entrega 56 camisas, numa outra fábrica. Daí, e eles, não, porque o pagamento é a vista. Mas a vista, para mim, é tu vir ali e pagar, quando eu fui entregar, ele disse, não, agora eu tenho que chega em casa pregar os botões e daí entregar e depois eu te pago, sabe, era dezembro, dia 18 de dezembro, só que quando eu fui receber de tanto cobrar, final de janeiro, aos poucos e assim minhas contas vão embora né, meu cartão de crédito cresceu, juro nada, então a gente costura, como eu disse, é minha profissão. (C7, 2012)

Assim, esses riscos lhes causam uma insegurança, ocasionando uma menor autonomia nas definições de suas vidas, seja para se lançar futuramente, seja para apenas se manter com o resultado de seu trabalho, pois não possuem qualquer garantia de pagamento de seu trabalho. Diante dessa situação, chegam a se utilizar de estratégias para que isso não aconteça. As costureiras, como conhecem os clientes, trocam entre si a informação de qual cliente costuma pagar ou não o serviço. Como nos relatam:

(...) Ultimamente tanto eu, como a C5, como outras, antes de pegar o serviço uma liga para outra, fulano paga, fulano não paga, igual ontem eu falei com a C5 ela me disse assim, escuta, fulano, aquela fábrica lá, paga direitinho, eu disse, paga, só que eles são bem exigentes, e eles só dão serviço onde tem bastante costureira né, mas eles pagam certo, é, essas nossas conversas, uma informa a outra, e quem não paga nem adianta que a gente não pega. (C7, 2012)

Além disso, elas correm o risco de não haver encomendas, para as costureiras que trabalham com clientes que são empresas, o risco é iminente, pois a prestação de serviço ocorre em períodos específicos. Como nos aponta a costureira C5:

(...) tipo assim, tem épocas que eu, que vem mais gente atrás de mim, que nem a época que aperta, tipo o inverno, que é muita costura, é muita coisa, aí vem mais gente ainda atrás, mas eu não consigo pegar tudo né, agora nessa época de verão a coisa não é tão forçada, mas nas épocas assim de inverno para mim, o inverno é melhor, no inverno eu ganho melhor, no inverno é onde eu consigo juntar um dinheiro, aonde eu consigo fazer alguma coisa no inverno, no verão eu trabalho mais para me manter, para manter o grupo né, quem nem tem as costureiras fixas que trabalham comigo direto, então o que eu busco é manter o grupo, porque eu preciso né, no inverno né, que elas estejam aqui, então a gente toca agora no verão a gente trabalha mais para se manter mesmo, no verão a gente não consegue. (C5, 2012)

E, por fim, existe o risco de acidentes na execução do trabalho. Este confere uma vulnerabilidade ainda maior para as trabalhadoras, pois fica totalmente por suas contas e isso reflete no processo do seu trabalho, em relação aos prazos de entrega. Como nos relata a costureira entrevistada C7, a qual havia machucado a mão, um dia antes da entrevista e assim nos relata:

Agora nessa semana aqui, não estou trabalhando, há poucos dias trabalhei, o domingo todo, e daí de noite dormi até as 11, levantei e daí comecei de novo e daí quando eu vi tinha rachado minha unha daqui até aqui na máquina. Eu tinha que entregar as camisas na segunda então eu virei a noite trabalhando, fui, quando chegou na segunda eu disse assim, liguei para lá e disse, eu não vou conseguir entregar essas camisas, eu vou dormi, daí fui dormi, eu não agüentava mais. Daí depois na terça eu entreguei. (C7, 2012)

Em suma, as costureiras por conta própria encontram-se mais expostas a riscos de percurso no seu trabalho, seja quanto a quebra de máquinas, erro do produto, do não pagamento pelo serviço, de não haver encomendas, como de acidentes no trabalho. O trabalho por conta própria propicia com que as trabalhadoras fiquem desamparadas em relação aos riscos, elas tornam-se mais expostas e precisam lidar com o ônus dessas situações.

2.2 A DIMENSÃO IDENTITÁRIA

Para analisarmos a autonomia no trabalho de costureiras, partimos para o exame da construção identitária dessas mulheres. Entendemos que a narrativa da trajetória de trabalho nos possibilita evidenciar as histórias particulares dessas mulheres a fim de compreender as iniciativas pessoais das trabalhadoras e seu cruzamento com o social. Através da biografia profissional dessas mulheres, podemos compreender como cada costureira seguiu seu caminho até a condição de trabalho por conta própria. Além disso, consideramos que as trajetórias estão imbricadas num contexto social da história recente do mundo do trabalho. Existem outras formas de análise da construção identitária, essa é apenas uma.

2.2.1 As Trajetórias de Trabalho de Costureiras por Conta Própria

Os sujeitos-objeto que analisamos são sete trabalhadoras costureiras que trabalham por conta própria. Suas trajetórias convergem e divergem em vários aspectos, todavia, o ponto em comum, que as une, é sua condição de trabalho, o qual é realizado fora do espaço fabril, da empresa ou de loja, e ainda, por sua conta, sem vínculos firmados legalmente. Elas definem sua condição como trabalhadoras autônomas.

Além disso, depreendemos, a partir da pesquisa empírica, que as costureiras entrevistadas têm um ponto em comum na sua trajetória de trabalho. Suas trajetórias não se constituíram de maneira estável, mas sim, de uma forma fragmentada. Isto é, nenhuma trabalhou exclusivamente como costureira ao longo do seu percurso.

Com relação à costureira C1, observamos que sua inserção no mundo do trabalho se deu, primeiramente, como vendedora. E, ao mesmo tempo, ia conciliando a costura nas horas livres do trabalho. Começou a costurar desde os nove anos, fazendo roupa de boneca. Posteriormente, decidiu sair do trabalho e dedicar-se apenas para a costura por sua conta. Ela relata que trabalha por sua conta há 17 anos. Como apontamos na sua fala:

C1:(...) até que um dia vim embora para cá, fazem 27, 26 anos que eu moro em ****.

(Pesquisadora): 26 anos?

C1: é, mas não para trabalhar como costureira. Vim a passeio e acabei ficando, essa é a real, arrumei um emprego e fiquei trabalhando, daí eu trabalhava de dia e de noite e final de semana eu resolvi fazer costura para as amigas, para os vizinhos e comecei, tanto que eu larguei todo o resto depois e vi que era muito... (interrupção da fala, pois chegou no local de trabalho uma cliente para ser atendida).

C1: daí depois quando eu vi que valia a pena porque eu gosto, não é que eu acostumei.

(Pesquisadora): mas tu não trabalhavas na costura antes, tu veio para trabalhar no que aqui?

C1: não, eu trabalhei de vendedora.

(Pesquisadora): em outras áreas assim?

C1: em outras áreas assim, não tinha nada a ver com a costura. Daí final de semana e de noite, como eu trabalhava em casa, eu comecei a fazer, eu comecei fazendo pra mim (...) (C1, 2012)

Já em relação à costureira C2, percebemos que seu ingresso no mundo do trabalho se deu, primeiramente, trabalhando com artesanato durante um período de sete

anos. Posteriormente, em razão dos filhos, parou com essa atividade, mas durante esse período já estava adentrando na costura. Começou a costurar para si própria, trabalhando por conta e continua até o momento. Como podemos perceber no seu relato:

C2: (...) eu comecei brincando com artesanato e fiz muita coisa, no fim, brincando de artesanato quando eu vi tinha quase uma fábrica já, nossa, vendi muito artesanato, brincando, na verdade começou com uma brincadeira.

(Pesquisadora): com quantos anos mais ou menos isso?

C2: ah, acho que uns sete anos daí eu trabalhei com isso. Aí, na verdade eu parei quando eu engravidei do, eu tenho dois filhos né, quando eu engravidei do segundo, dava muita sujeira, muito pó que aquilo envolve com o bebê ficava ruim né, eu nunca tava limpa digamos assim né. Então eu meio que comecei a parar com aquilo ali e foi, e antes disso, eu já tava um pouquinho vendo costura e entrando para esse meio de fazer pra mim sabe, mas isso aí sabe (...). (C2, 2012)

Com relação à costureira C3, podemos perceber que sua trajetória de trabalho apresenta uma fragmentação e uma transitoriedade. Começou a costurar com 13 anos, fazendo roupa de boneca, e ingressou no mundo do trabalho trabalhando no calçado¹⁸, mas costurava suas próprias roupas durante esse período, saiu dessa área em razão do nascimento da segunda filha, e ficou trabalhando em casa na costura. Fez dois cursos de costura, mas não os colocou em prática, só após dez anos. Assim, começou a trabalhar na costura em casa, durante um período de 18 anos. Posteriormente, ingressou no serviço formalizado de costureira para uma loja de roupas de festa, durante um período de quatro anos. Nesse ambiente de trabalho, conheceu sua sócia, a costureira (C4). Nesse ponto a trajetória de trabalho se entrelaça ao da C4, pois elas se uniram e trabalham por conta própria, mas em conjunto, num ambiente alugado por elas. Como podemos analisar em seu relato:

(...) ah eu tinha uns 13 anos, ah eu fazia roupa de boneca antes sabe, (...) eu tirei dois cursos de costura né, aí, mas não pratiquei né, depois de uns dez anos que eu comecei a costurar, costurei 18 anos em casa. (...) era costura pessoal assim. (...) Aí depois eu fui trabalhar numa loja, como costureira daí, com carteira assinada tudo, trabalhei acho que uns quatro anos junto. (...) eu só trabalhei em loja de festa. Ah e calçado, até que eu ganhei a minha menina eu trabalhei em calçado, depois claro, eu já tinha tirado os cursos né, mas só que foi puxado depois que nasceu a última daí eu fiquei em casa costurando, daí eu comecei a costurar, tenho duas, daí quando a outra nasceu eu achei melhor ficar em casa costurando, daí eu comecei e não parei mais. (C3, 2012)

Semelhantemente, apresenta-se a trajetória de trabalho da costureira C4. Ela iniciou seu percurso na área do calçado. Quando ganhou um curso de costura para calçado da empresa, a qual trabalhava, passou a ser costureira de calçados. Saiu desse

¹⁸ O trabalho no calçado em algum momento da trajetória de trabalho mostrou-se presente como um dado específico do campo de pesquisa em razão das costureiras estarem numa região de concentração do trabalho calçadista. As costureiras C3, C4, C5, C6 e C7 vivenciaram esse trabalho.

trabalho em razão do salário. Nesse tempo, ganhou uma máquina de costura para roupas e um curso particular de sua cunhada. Então, trabalhava durante o período da semana na costura do calçado e nos sábados de manhã realizava o curso de costura. Porém, sua empresa fechou e nisso já havia adquirido uma máquina. Sem emprego, começou a costurar em casa, nisso fez mais três cursos. Nesse tempo, recebeu um convite para trabalhar numa confecção, ficando nessa, três anos e meio. Saiu desse emprego e foi trabalhar numa malharia por três anos. Ela saiu e foi trabalhar numa loja de tecido por um ano, vendendo tecido e também fazendo costura dentro da loja, pois havia um atelier interno. Ela relata que: “aí depois que eu trabalhei um ano lá, eu fiquei muito estressada com costura e voltei para o sapato, aí trabalhei mais um ano no sapato né, costurando sapato” (C4, 2012). Nesse tempo, uma colega a indicou que estavam precisando de uma costureira numa loja de roupas de festa, fez um teste e ingressou novamente no trabalho como costureira. Nesse trabalho, conheceu a C3. Ela ficou nesta loja por um período de três anos e meio.

Nesse momento, a C4 aponta que surgiu o “desejo” de unir-se com a C3 e de trabalharem por conta própria. Como ela relata: “aonde surgiu o desejo de montar alguma coisa né para nós, porque a gente sabia fazer, então, a gente queria fazer porque queria ir a luta, aí foi onde a gente começou” (C4, 2012). Ainda sim, quando saiu dessa loja relata que trabalhou por dois anos em casa, e, após esse período, ela e a C3 alugaram um espaço para trabalharem em conjunto. Elas estão trabalhando por conta própria nesse local há três anos.

Em relação à costureira C5, sua trajetória de trabalho começou na área do sapato com 17 anos. Ela trabalhava numa fábrica de calçado, fazendo serviços gerais. Relata que seu sonho era ser costureira. Como na fábrica que trabalhava não tinha costura, resolveu sair desse emprego, assim nos relata:

(...) e a costura pra mim assim, foi um desafio porque quando eu comecei, eu comecei a trabalhar em fábrica de calçado, serviços gerais né. E o meu sonho era ser costureira, só que na fábrica que eu peguei não tinha costura. Então eu passei todas as funções que eu podia passar, fui subindo, subindo, subindo né e até que eu saí daquela fábrica porque ali não tinha costura. (C5, 2012)

Entretanto, durante o período que trabalhava no calçado, sua vontade era tanta de costurar que até na sua fala logo tenta se definir como costureira, porém lembra que estava na função de revisora. Ela então pediu a sua chefe se poderia, após seu serviço,

aprender a costurar lá mesmo na fábrica, porém era na costura do calçado. Como nos relata:

(...) ah era o meu sonho e na época assim eu não tinha assim, não sabia né, mas eu comecei a pegar devagarzinho, eu era costu.. eu era revisora e daí eu pedi para minha chefe que se eu revisasse e sobrasse tempo se eu podia sentar na máquina de costura e fazer algum concertinho, aprender, ela disse, não, tu pode, então assim ó. Durante o trabalho, eu pedi pra ela se eu podia, se eu fizesse meu serviço rápido, que eu era revisora de sapato. Então eu revisava os defeitos, os concertos eu fazia na máquina do lado que seria outra pessoa que faria, eu pedia pra ela para eu fazer para mim poder aprender. (C5, 2012)

Ela então sai da fábrica e vai para outra, com a função de costureira de sapato, permanecendo durante cinco anos. Com o tempo, foi subindo na hierarquia da fábrica, passando a exercer a função de auxiliar de costura e depois chefe de costura. Como nos conta:

(...) eu saí e fui para outra fábrica aí eu consegui pegar de costureira. (Risos) O meu sonho era ser costureira. Daí eu fiz um teste, daí eu já tinha uma noção, mas eu não tinha produção. (...) daí eu fiz um teste e daí eu na qualidade eu passava porque na verdade eu não era uma costureira de produção então mandavam eu fazer esse bolsinho, eu fazia, mas eu não tinha aquele pique daí eu passei no teste e comecei aí eles viram que eu não tinha pique, mas daí ficaram igual comigo né. (C5, 2012)

Após, resolveu sair da fábrica, porém foi em busca do serviço de costureira de amostra, em razão de não querer “rebaixar” sua carteira. Entretanto, consegue um emprego numa firma que produz roupas de couro durante um período de três anos. Nesse período, em razão da gravidez, a C5 se afasta do trabalho e quando retorna, pede para ser demitida, para trabalhar em casa e assim, com o dinheiro do seguro, consegue sair do aluguel. Entretanto, a mesma empresa retorna para ela com a proposta de que ela trabalhe em casa para a empresa. Ela então resolveu assumir o trabalho e a própria empresa empresta o maquinário para a ela trabalhar em casa.

Nisso, ela se propôs a se registrar como empresa. Recebendo em casa o serviço de costura. Trabalhou durante um período de três anos somente para esta empresa, até que eles venderam as lojas. Como nos relata: “(...) daí eu registrei firma daí eles me deram maquinário né, me deram duas máquinas inicial pra mim costurar em casa para eles. Eles me traziam assim cortadinho assim né, em rolinho, em peças né, toda uma grade daquele modelo” (C5, 2012). Porém, algum serviço ainda é realizado pela C5 para esta empresa, pois mesmo com a redução na produção, a empresa continua produzindo. Esse período é relatado pela C5 como um momento de dificuldade, pois com a redução da produção, sua renda torna-se menor e relata que necessita ir atrás de outros clientes.

Nisso, ela foi adquirindo e tornando-se conhecida nesse meio. No momento, trabalha por conta própria, na sua garagem, com outras três costureiras autônomas, as quais foi agregando, para “mais ou menos” nove empresas. Como nos relata:

(...) aí terminaram com a marca assim hoje ainda a filha da dona ainda faz alguma coisa, mas muito pouco em vista do que era produzido né, produzia uma média de mil e poucas peças por coleção né, então era muita coisa, então hoje ela costura assim, ela faz algumas peças, mas muito pouco, eu ainda faço alguma coisa pra eles né, de couro. (...) daí assim, eu fiquei assim, tinha meses assim que eu tirava muito pouco sabe, então eu pensei não, mas eu vou ter que ver outra coisa porque eu não posso mais ficar.(...) então eu comecei, daí eu comecei a ir atrás, alguém me indico, eu sei que eu comecei a costurar náilon, aquelas tipo capa de chuva. (...) então o que que começo a acontecer, quando eu comecei a ir atrás dessas empresas, as empresas vinham aqui e viam as peças de couro que eu fazia. Elas vinham conversar comigo e quando eu falava as indicações que eu costurava, ah, oh, costurei para **** vários anos né, então, eles ficavam apavorados, e um dos donos da firma que eu trabalhava que disse para mim comprar o maquinário, ele disse guria se tu faz isso tu costura qualquer coisa. (C5, 2012)

Com relação à costureira C6, sua trajetória de trabalho também inicia-se em outra área, isto é, no setor do calçado. Trabalha em fábricas de sola por cerca de 20 e poucos anos. Após, realiza um curso de costura, mas voltado para a área do calçado, e começa a trabalhar numa fábrica de embalagens em tecido. E, posteriormente, no ano de 2002, conhece a C5. Então, no ano de 2007 sai da fábrica e começa a trabalhar para a C5. Já trabalha por cerca de quatro anos por conta própria no espaço da garagem da C5. Como nos relata:

(...) daí foi em 2007 eu sai dessa empresa, daí eu vim faz.., vim trabalhar aqui com a C5 né, que a C5 eu já conhecia ela né, daí eu vim trabalhar, só que eu não tinha noção nenhuma de roupa, nenhuma mesmo, era bem complicado, eu comecei no sapato e fazendo curso né (...) para embalagens né, só que assim a roupa é totalmente diferente né, é detalhado né, não é de qualquer jeito que tu vai fazer né. Daí quando eu vim trabalhar aqui com ela que daí foi quando eu aprendi né a fazer jaqueta, que é o que eu faço mais hoje né. Eu faço mais é a jaqueta né, porque eu tenho um.. dependendo que nem as gurias elas fazem outras coisas assim. (C6, 2012)

Em relação à costureira C7, na sua fala inicial, apresenta que ama costurar, entretanto descreve sua profissão de uma forma sofrida, apontando as mazelas que passou na sua experiência de trabalho. Sua trajetória evidencia esse sofrimento, pois é fragmentada em dois momentos, trocando de profissão em razão de um descontentamento com a área de atuação e em razão do nascimento das filhas. Começou seu percurso trabalhando numa empresa de camisaria. Nesse mesmo tempo, realizou um curso de costureira. Posteriormente, saiu do emprego e ficou trabalhado em casa com a costura sob medida. Desencantada com a sua remuneração de trabalho,

encontra trabalho numa firma de calçado, em razão do salário ser maior. Durante esse período, engravida e, em função disso, volta para o serviço da costura em casa. Ainda, nesse tempo, ocorre sua separação, tendo que assumir sozinha os gastos familiares. Para isso, vai em busca de clientes. Encontra uma loja que fornece o serviço de facção de costura de capa de chuva.

Eu comecei a costurar, porque é uma coisa que eu amo fazer, eu adoro costurar, mesmo a profissão ser uma costureira sofrida, ela não é muito bem vista, paga, mas eu escolhi essa profissão porque eu gosto de costurar, então eu to tentando né, indo aos pouquinhos. Eu fazia, ã, eu comecei a costurar na *** é que camisaria, que é peça, lá eu comecei minha trajetória, daí eu parei, eu costurei, daí eu fui para malharia, daí parei uns tempos, até fui para uma firma de calçado porque eu achei que dava mais, daí depois parei porque eu fui criar minhas filhas, mas sempre voltando a costurar. (...) daí foi assim, eu me separei, daí eu tive que abraçar né, trabalhar, ganhar o meu dinheiro, daí apareceu uma ***, uma loja de manchado de capa de coisa ali, lá perto do Sarandi, para cá quase eles não costuravam isso, daí eu liguei para lá, no bairro Sarandi de Porto Alegre, fui lá buscar, capa para mim fazer aqui, para mim aprender a costurar esse material aqui ó. (...) fui, quando a gente quer uma coisa a gente vai, daí eu aprendi a trabalhar com esse material, mas quase morri sofrendo né, porque não tinha pezinho, não tinha instrução, ninguém me ensinava. Trabalhava em casa. Primeiro trabalho depois que eu recomecei tudo de novo. (C7, 2012)

Assim, no momento, ela trabalha por conta própria e sozinha, no seu domicílio para apenas um contratante. Entretanto, quando foi realizada a entrevista, estava se encaminhando para produzir todo o produto, ainda para só um contratante, mas já como confecção própria, não somente a costura. Como nos relata:

Eu vou entrar numa coisa para mim, uma confecção minha, até para mim ter, como eu tava conversando, eu vou ter, eu não quero mais trabalhar em domingo, nem de noite, chegou a hora de descansar, eu vou descansar, se não, não adianta, e sem trabalhar com gente me atropelando né. Eles atropelam, daí tu não faz certo, porque daí tu tem que correr, daí chega lá, diz que tá errado, isso é para todas, não é só para mim, todas que fazem facção sofrem desse mal, e que é bem, que tem que ser passadinho tudo, não pagam bem também né então, vão ter que costurar. (C7, 2012)

Em suma, a trajetória de trabalho dessas sete trabalhadoras costureiras é um elemento que, em conjunto com outros, nos permite pensar a construção identitária delas. Cada uma possui um percurso, isto é, experiências vividas de trabalho, em âmbitos diferentes. Porém, todas elas estão na condição de trabalho de costureiras autônomas. Não estamos aqui discutindo seus locais de trabalho, pois eles podem ser em espaços alugados, ou no domicílio, ou em espaços separados do ambiente doméstico, mas sim o que se configura, isto é, o percurso realizado até sua inserção num trabalho por conta própria.

Depreendemos que essas trajetórias nos apresentam as articulações de um contexto social e das iniciativas pessoais. Podemos perceber que elas estão imbricadas nas mudanças do mundo do trabalho, o qual é marcado pelo contexto da reestruturação produtiva, com a redução da produção, fechamento de empresas. Elas chegam a transitar entre o trabalho formal (mesmo não sendo no setor da confecção) e o trabalho informal. Mas elas acabam optando ou sendo levadas pelos fatores do contexto social ao trabalho por conta própria.

Ainda, elas apresentam um afastamento da profissão em razão da condição feminina de criação dos filhos. E, em relação às iniciativas pessoais, podemos perceber em algumas delas que ao longo de suas trajetórias, expressam o “desejo” (FERRAZ, 2009) de que seu trabalho seja por sua conta, ou de busca de um sonho. A instabilidade de um trabalho por conta própria leva-as à criação de estratégias pessoais (como a busca de clientes) ou a um sofrimento em razão de estarem por si mesmas, expostas a eventualidades, isto é, dependerem delas para que exista uma demanda de trabalho. Nessa esteira, propomos, na próxima seção, analisarmos as perspectivas futuras de trabalho das costureiras por conta própria.

2.2.2 As Perspectivas Futuras de Trabalho

Nessa seção, buscamos analisar as perspectivas futuras das sete costureiras por conta própria. Para tanto, entendemos como “perspectivas futuras”, uma intenção, uma projeção sobre o futuro, construído conforme suas vivências e experiências de trabalho particulares, tendo em vista que elas se encontram na condição de por conta própria. Conforme Pereira (2011):

Quando tratamos de perspectivas futuras, tratamos do olhar da trabalhadora em perspectiva, nesse sentido, o que é esperado no futuro. O futuro profissional é visto então de certa distância e tal qual este se apresenta para a trabalhadora do ponto de vista de uma expectativa, esperança, probabilidade. (PEREIRA, 2011, p.260)

Todas as costureiras entrevistadas vislumbram perspectivas futuras otimistas em relação ao trabalho com a costura, pois querem continuar nessa profissão por gostarem do que fazem, não almejam outra profissão. No entanto, elas possuem esperança que sua condição de trabalho melhore, para isso, algumas conseguem traçar objetivos que estão conquistando aos poucos.

Para as costureiras C1, C3, e C4, suas perspectivas são de continuar trabalhando da maneira que estão, pois é assim que gostam de trabalhar. No caso da C1, relata que gosta de trabalhar sozinha, e que até já tentou trabalhar em conjunto com outras costureiras, mas não deu certo. Está constantemente em busca de conhecimento na sua área. Como destacamos na sua fala:

(...) eu fiz uma reciclagem no SENAC, mas também de pouco tempo, deu três meses eu acho, só pra acompanhar as tendências, os acabamentos, as modificações, eu sempre estou procurando me atualizar dentro do que eu faço né. (C1, 2012)

Em relação às costureiras C3 e C4, as quais já passaram pelo trabalho formal no setor da costura e trabalham em conjunto no mesmo espaço alugado, dizem estar bem assim, e que caso não dê mais certo delas trabalharem em conjunto, o intuito é voltar para o trabalho em casa, como relata a C4:

(...)a gente trabalha doente, trabalha de arrasto, a gente trabalha, mas no momento que não der mais a gente vai se entender, vamos para casa entendeu, porque pegar uma pessoa para trabalhar para ti, uma pessoa que tu não conhece, exige carteira assinada, exige muita coisa e isso é muito estressante sabe, e difícil, então eu, para mim, não, que a gente que trabalho fora a bastante tempo, então faz, eu trabalhei 20 anos fora né, sem ter esse negócio aqui, então eu penso no dia que não der mais assim, que a gente entrar num acordo de se separar assim eu, a minha intenção é casa, voltar para casa sabe, não assim botar outro negócio assim, essa é a intenção e hoje ela corta, faz maioria da parte ela que faz, (...) costurar para fora não quero, eu quero costurar para mim no caso né, para mim, para minha filha, eu tenho uma filha, um filho, então, costurar para eles assim, mas não para fora, eles exigem muito da gente sabe, porque o pessoal, o cliente sempre diz, é fácil, é só isso, é bem facilzinho, só que exige muito né. (C4, 2012)

Já a costureira C2, possui um projeto profissional estruturado, quer abrir sua própria confecção, com a fabricação de seu produto e vislumbra agregar funcionários para trabalhar com ela. Está se encaminhando para a concretização desse desejo de sua própria empresa. Como destacamos em sua fala:

(...) eu pretendo fazer assim, quase uma empresinha mesmo, de ter uma costureira sabe, eu quero ter. Eu não penso para trás, eu penso para frente né, não precisa ser uma mega marca, mas eu quero alguma coisa decente. Eu sou um pouquinho visionária assim, já posso até assim de repente chegar lá e ver que a coisa é mais difícil que eu imagino e é difícil, não é fácil não, mas eu tenho missão assim de montar alguma coisa bacana e vou fazer. (C2, 2012)

Assim como a costureira C2, a costureira C7 está vislumbrando a possibilidade de ter a produção de seu próprio produto. Entretanto, ela realizará o trabalho para um contratante. Ao mesmo tempo em que descreve estar incomodada com a sua atual

situação de trabalho aponta uma perspectiva futura otimista a partir da proposta de trabalho que recebeu. Conforme abaixo:

C7: Agora tem uma coisa boa que eu vou te contar, agora, assim, ã, tem um amigo meu que é das faixas (faixas de avião), então ele tava aqui ontem, ele veio trazer um amigo dele pra mim consertar uma mochila, ele viu aquele casaco lá, daí esse amigo dele é de Pelotas, daí vai mandar lá de Pelotas um macacão velho que ele é piloto agrícola, e um tecido para mim fazer um macacão para ele, aqui, daí ele disse assim, tu faz, mostrei isso aqui, aquele casaco, tu faz pólo, tu faz isso aqui, eu disse, faço, eu faço tudo que vem na minha frente, daí ele disse, então tá, eu vou comprar tecido, tu vai ir trabalhar só para o aeroclube.

(Pesquisadora) Mas daí eles vão te trazer o serviço?

C7: não, eu vou cortar, eu vou fabricar, direto daqui, só me dão o tecido, os pedidos, e eu fabrico e dou embalado, daí vai terminar meu sofrimento com essa gente que só quer me explorar, que nem ele disse, ele tava ali conversando comigo, ele disse, tu vai ter que ganhar um bom dinheiro, não vai trabalhar sendo explorada. Costureiras estão em falta, não existe, as que tinham boas, estão velhas, aposentadas, não querem mais sabe, hoje os jovem não querem mais costurar, mas eles não aprendem a dá valor, cada um querem explorar mais a costureira, porque sabem que a gente precisa né. (C7, 2012)

Com relação à costureira C5, sua perspectiva futura é de continuar na situação em que se encontra: trabalhando na costura de facção com outras costureiras na sua garagem. Diferentemente das outras costureiras entrevistadas, ela já concretizou a realização de se tornar uma empresa, isto é, permaneceu um período como empresa registrada, porém devido às demandas serem muito baixas e em períodos específicos não conseguiu manter seu registro, expressando o desejo de permanecer como autônoma. Como destacamos de sua fala:

C5: não, eu pago INPS autônomo para elas.

(Pesquisadora): autônomo?

C5: é, no carne, eu pago no carnê para elas.

(Pesquisadora): e o teu seria também?

C5: também autônomo, também, autônomo, porque uma época eu tinha empresa registrada só que daí quando o serviço caiu né eu dei baixa na empresa, e as empresas que eu trabalho hoje até tem umas que estão me pedindo nota, mas eu ainda não, não, não registrei de novo né. (C5, 2012)

Já a costureira C6, sua perspectiva futura é de continuar trabalhando para a costureira C5 como autônoma, pois sua condição não permite estruturar, ou melhor, não consegue vislumbrar a ampliação de seus horizontes profissionais. Gosta de trabalhar nesse espaço para a costureira C5, pois criou um vínculo de amizade com a C5, porém só cogita mudar de trabalho em razão da demanda muito baixa durante certa época do ano, ou se mudar de cidade em razão de problemas familiares. Segundo sua fala:

(...) mas daí aqui que eu peguei mesmo o jeito, daí agora eu gosto mesmo sabe, acho que não me vejo fazendo outra coisa assim, até penso às vezes,

num dia de repente trabalha na sola de novo, mas acho que eu não pego mais sabe, mas foi um dia que eu fiz uma entrevista ali né, mas não, ano passado quando deu uma enfraquecida na confecção, que no verão dá né, principalmente a jaqueta, eles não fazem no verão, mais perto do inverno daí começa a entrar bastante daí no verão é mais leve né, social, essas peças assim. (C6, 2012)

Em suma, as perspectivas futuras das trabalhadoras por conta própria auxiliam a analisar mais um elemento que contribui para pensar a dimensão identitária da autonomia no trabalho. Pois, a partir de seu exame, depreendemos até que ponto essas trabalhadoras podem realmente ter a liberdade para se lançar no mundo do trabalho e, ainda, ter a possibilidade de construir objetivos, metas, desejos, projetos profissionais, isto é, planejar um futuro que seja de sua vontade. Em determinadas situações, esse projeto é inviabilizado devido suas condições de trabalho, como no caso da costureira C6, a qual se encontra numa situação em que não consegue ampliar seus horizontes profissionais, tornando-se sujeita ao vínculo estabelecido com a costureira C5.

2.2.3 As Trajetórias de Trabalho e sua relação com uma Socialização de Gênero

Conforme a análise das trajetórias de trabalho de algumas das costureiras por conta própria, torna-se importante analisar como essas trabalhadoras constituíram sua identidade profissional a partir de um contexto familiar no qual existiu a convivência e interação com outras mulheres costureiras. Entendemos a socialização de gênero como a interação da trabalhadora com outra mulher que trabalhava como costureira no contexto familiar. Nesse sentido, é importante compreender como a presença de outras costureiras no processo de socialização incide sobre a construção identitária e na trajetória de trabalho de quatro costureiras entrevistadas.

Para as costureiras C1, C2 e C5, sua infância é marcada pelo trabalho da mãe como costureira. Como nos relata a costureira C1:

Eu comecei a costurar, eu deveria ter mais ou menos uns nove anos, fazendo roupa de boneca, daí como eu tinha, como eu tenho um irmão mais novo do que eu, pegava as coisas da minha mãe e fazia, minha mãe fazia bombacha de gaúcho. (...) daí eu pegava uns retalho dela, dos bolsos das bombachas dela, que são interno né, e fazia bermuda para o meu irmão e comecei, assim do nada, ninguém me ensino, ninguém me explico a como fazer nem nada e a cada medida que eu ia fazendo alguma coisa eu ficava mais contente, ficava mais feliz com aquilo ali que eu podia fazer (...). (C1, 2012)

De mesmo modo a costureira C2:

Então eu meio que comecei a parar com aquilo ali e foi e antes disso eu já tava um pouquinho vendo costura e entrando para esse meio de fazer para mim sabe, mas isso aí sabe, a minha mãe já era costureira, então eu sempre fiz alguma coisa ou outra né. (...) ela trabalhava para as empresas, mas ela era assim, sempre foi chefe dentro, porque ela sabia muito, então dentro dos empregos que ela teve, ela sempre foi assim a chefe do setor assim né. (...) Ela fazia tanta costura, a minha mãe, eu acho que esse negócio de produção eu aprendi dela. Minha mãe fazia aqueles bordados tanto à mão quanto industrial de máquinas né, então tudo que envolve esse tipo de produção, minha mãe fazia muito bem e faz muito bem, então sabe, tu vê nascendo, até eu não sabia fazer, mas assim tu tem aquela, já é um pouquinho familiar aquilo para ti né, já tá dentro da tua casa então tu já acaba aquilo não sendo tão estranho né. (C2, 2012)

Bem como a costureira C5 nos relata:

A costura na verdade para mim era um sonho porque a mãe, lembro que eu era criança, a minha mãe trabalha bastante assim com a parte artesanal é assim tipo, pintura de pano de prato, de tapete, ã, crochê, tricô, a mãe assim, sempre fez coisa assim, muito bonita e eu admirava e a mãe também foi costureira de costurar peça assim e eu me lembro, quando eu era pequena, que ela, alguém trazia que nem traz hoje pra mim e depois quando vinham buscar, buscavam as peças prontas e eu ficava, meu deus, a mãe fez aquilo ali né. Eu ficava olhando tipo assim um short, eu nunca me esqueço uma vez que entro assim um rolinho e depois ela foi montar um short eu ficava olhando ela, ah mas o que que será que é aquilo ali né, eu ficava pensando, o que que será que é e depois saía uma peça pronta né. (...)nessa época tinha uns nove anos. (...) daí depois e a mãe sempre trabalho com concerto assim né, sempre com coisa em casa, e a, só que era um extra porque ela trabalhava de faxina. (...) então algumas coisas que ela via que eu podia ir fazendo então ela dava para mim ir fazendo, e as vezes eu tava morrendo de sono e eu dizia ah mãe vamos dormi e ela só mais um pouquinho, só mais um pouquinho e ali ela ia e depois, hoje eu já me vi várias vezes na mesma situação, a minha gurria não dorme sem eu ir dormi né. (...) assim teve uma época que só dormia quando eu ia dormi e tinha teve época que eu costurava até às quatro da manhã. (C5, 2012)

A costureira C6 também presencia na sua infância o trabalho de costureira de sua madrinha. Conforme suas palavras:

C6: (...)A eu sempre achei legal, sempre gostei né, ficava olhando assim, eu tinha uma madrinha que costurava né, e eu ficava olhando né, só que naquela época eles não deixavam a gente nem chegá perto da máquina né, tinham medo que estragasse, essas coisas né, mas eu ficava encantada com as costuras né, eu achava legal ter que faze, tinha curiosidade também e daí depois que eu vim trabalhá, também no sapato eu ficava olhando, procurei muito pouco tempo em fábrica de sapato, mas tinha, chegava perto da máquina, geralmente eu cuidava da qualidade né, era só revisão né, tinha que levá lá pra costura pra ela faze um concertinho e ficava olhando ela costurá.

A partir disso, depreendemos que a trajetória de trabalho também recebe imbricações da presença de outras costureiras, as quais são inspirações para ingressar no trabalho da costura, pois vivenciam desde muito cedo como é esse trabalho. Portanto, ao analisarmos as diferentes trajetórias de trabalho, o que está relacionado com elas, e as perspectivas futuras é possível visualizar a construção identitária dessas trabalhadoras.

Em síntese, fica claro que essa análise corrobora para o entendimento da conjuntura macroeconômica, a qual incide sobre as trajetórias das costureiras e sobre suas perspectivas futuras, auxiliando a pensar a autonomia no trabalho das costureiras.

2.3 ANÁLISE SISTEMATIZADA DA AUTONOMIA NO TRABALHO DAS COSTUREIRAS

A partir da investigação empírica, foi possível construir o quadro analisando a autonomia das diferentes trabalhadoras costureiras, conforme podemos observar a seguir:

Quadro 6: Síntese da autonomia no trabalho das costureiras

Variáveis		Costureiras	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7
AUTONOMIA	Relações de trabalho	Quem é o cliente?	Clientes e uma empresa	Clientes	Clientes	Clientes	Empresas	Trabalha para a C5	Uma empresa
		Capacidade de Negociação	Sim	Sim	Sim	Sim	Relativa	Não	Não
		Dependência ou independência na relação	Autodeterminação	Auto determinação	Autodeterminação	Autodeterminação	Relativa Autodeterminação	Subordinação	Relativa Autodeterminação
NÃO	Organização do Trabalho		Auto determinação	Auto determinação	Auto determinação	Auto determinação	Relativa Auto determinação	Subordinada	Relativa Autodeterminação
	Jornada de Trabalho		Auto determinação	Auto determinação	Auto determinação	Auto determinação	Auto determinação	Não estabelece	Auto determinação
	Meios de Produção		Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Não possui	Possui
TRABALHO	Riscos da Prestação	Quebra de máquinas	Sua responsabilidade	Sua responsabilidade	Sua responsabilidade	Sua responsabilidade	Sua responsabilidade	Responsabilidade da C5	Sua responsabilidade
		Erro do produto	Arca com o custo	Arca com o custo	Arca com o custo	Arca com o custo	Relativo, mas geralmente não arca com o custo	Não arca com o custo	Não arca com o custo
		Não pagamento	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre
		Não haver encomendas	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Iminente	Iminente	Iminente
		Acidentes na execução do trabalho	Vulnerabilidade	Vulnerabilidade	Vulnerabilidade	Vulnerabilidade	Vulnerabilidade	Vulnerabilidade	Vulnerabilidade
Trajetória Profissional	Fragmentada	Sim, anteriormente vendedora	Sim, anteriormente artesã	Sim, trabalhou no calçado	Sim, trabalhou no calçado	Sim, trabalhou no calçado	Sim, trabalhou no calçado	Sim, trabalhou no calçado	
	Trasitoriedade	Não, apenas trabalho por conta própria no domicílio	Não, apenas trabalho por conta própria no domicílio	Sim, trabalho à domicílio, trabalho formal e trabalho informal	Sim, trabalho à domicílio, trabalho formal e trabalho informal	Sim, trabalho à domicílio, trabalho formal e como dona de empresa (PJ)	Sim, trabalho formal e trabalho informal	Sim, trabalho formal e trabalho por conta própria no domicílio	
	Perspectivas Futuras	Presente	Presente, tomar-se empresária	Presente	Presente	Relativamente Presente	Ausente	Relativamente Presente	
	Socialização de Gênero	Presente	Presente	Ausente	Ausente	Presente	Presente	Ausente	

Fonte: Pesquisa de campo, região metropolitana de Porto Alegre, agosto a novembro de 2012.

Com a análise dos dados, revelou-se a configuração da autonomia para essas trabalhadoras. Podemos perceber que o trabalho por conta própria das costureiras C1, C2, C3, C4, propicia a autonomia no seu trabalho. Elas alcançam a autodeterminação operacional no trabalho, sendo independentes em relação os clientes/contratantes que prestam o serviço. Elas possuem liberdade nas relações de trabalho estabelecidas, abrindo espaço de negociação com os clientes, estabelecendo relações de trabalho autônomas. Quanto à organização do seu trabalho, elas conseguem administrar suas tarefas conforme seu desejo, e ainda, estabelecem o seu horário de trabalho. Com relação à propriedade dos meios de produção, a posse das máquinas reforça a autonomia das trabalhadoras nesse caso. O trabalho da costura por conta própria dessas mulheres apresenta traços de vulnerabilidade, mais voltados aos riscos de acidentes decorrentes do trabalho, não tanto para a incerteza de encomendas ou não pagamento do serviço. Isso nos releva a confirmação da presença da autonomia no trabalho dessas costureiras e em quais elementos do trabalho ela se concretiza.

Já a configuração de trabalho das costureiras C5 e C7, demonstra que o trabalho delas apresenta uma relativa autonomia. Elas trabalham para apenas empresas, realizando uma fração do produto final. Isso estabelece uma relativa dependência nas relações de trabalho com esses contratantes, pois dependem da demanda do contratante, e às vezes conseguem negociar com ele. Na sua organização do trabalho, elas não podem modificar o produto, mas conseguem determinar a ordem do deve ser feito e as tarefas a serem executadas, e, ao mesmo tempo, estão sujeitas às regras do contratante. Elas conseguem autodeterminar sua jornada de trabalho. Além disso, possuem a propriedade dos meios de produção, contudo, em razão da funcionalidade das máquinas, estão dependentes da confecção do produto que o contratante solicita. O trabalho delas é marcado pelos riscos da prestação do serviço da costura, configurando uma insegurança, uma incerteza de não haver demandas de trabalho em certos períodos e não pagamento do serviço realizado. Sendo assim, a autonomia no trabalho da costura dessas mulheres apresenta-se de maneira relativa, isto é, uma autonomia controlada.

No caso da costureira C6, seu trabalho por conta própria não conduz, efetivamente, a autonomia no trabalho. O seu trabalho constitui-se totalmente vinculado às regras de trabalho estabelecidas por outra costureira. Não há espaço de autodeterminação em qualquer elemento do trabalho, ou seja, não existe autonomia no

seu trabalho. Essa situação da costureira C6 confere uma total subordinação, isto é, uma heterodireção.

Percebemos que suas trajetórias profissionais são marcadas pela realização de outras atividades de trabalho em outros setores. Entretanto, o desejo, o sonho que essas mulheres vislumbram é trabalhar na costura, para isso, vão em busca desse trabalho dentro das oportunidades que estão ao seu alcance. As trabalhadoras transitam entre a multiplicidade de formas de inserção no mundo da costura, seja no trabalho à domicílio, seja no trabalho formal, na criação de sua própria empresa ou negócio, ou criando novas relações de trabalho com o objetivo de trabalharem no que gostam. Nem todas elas apresentam iniciativas pessoais e tem como perspectivas futuras a vontade de se firmarem em condições mais favoráveis de trabalho. Ao mesmo tempo, percebemos como as mudanças no mundo do trabalho também afetam com que elas transitem nessas variadas inserções.

Deste modo, o trabalho das costureiras, na condição de ser por conta própria, não necessariamente possibilita a autonomia no trabalho, pois apresentamos condições de trabalho nas quais a autonomia não se concretiza. A autonomia no trabalho envolve vários aspectos de análise, pois ela acontece nas vivências do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo é resultado de um conjunto de reflexões acerca da autonomia no trabalho de costureiras por conta própria. O trabalho da costura é ilustrativo e oferece subsídios para pensarmos a questão da autonomia, pois demonstra aonde ela se constitui ou não, de que forma, em quais elementos do trabalho, diante da diversidade de inserções na atual realidade do trabalho.

A partir da análise empírica, deparamos com a complexidade de configurações de trabalho que o mundo da costura abarca, tendo em vista que os limites estabelecidos pela literatura para caracterizar o trabalho assalariado ou o trabalho autônomo tornam-se insuficientes para explicar a realidade. Os dados empíricos foram investigados através das dimensões, operacional e identitária e, com isso, conseguimos analisar a autonomia no trabalho de costureiras por conta própria encontradas na região metropolitana de Porto Alegre, RS.

As trabalhadoras costureiras C1, C2, C3, C4, apresentam uma total autonomia no seu trabalho. Elas alcançam a autodeterminação operacional no trabalho, sendo independentes em relação aos clientes/contratantes que prestam o serviço. Elas possuem a responsabilidade e a liberdade para determinar os elementos de seu trabalho, seja quanto a sua forma de organização, negociação, criação, escolha de clientes, tempo de trabalho, determinação do preço e prazo de entrega e são donas de seus equipamentos. Com a liberdade de gerir esses elementos, elas realizam-se profissionalmente nessa condição de inserção de trabalho.

Entretanto, as costureiras C5 e C7, não se encontram nem no trabalho plenamente subordinado, nem no trabalho totalmente autônomo. Elas estariam localizadas, segundo Azaïs (2004), numa “zona cinzenta” entre o assalariamento e a independência. As costureiras C5 e C7 são dependentes de que seus clientes lhes tragam o trabalho. Ainda, nessa situação de trabalho, elas não têm liberdade de criação, de escolha de prazos, não conseguindo um espaço maior para estabelecer e negociar com seus clientes. Elas possuem alguns elementos que viabilizariam a autodeterminação, como a posse dos meios de produção e a realização do trabalho num ambiente sem controle do tempo e ritmo de trabalho. Mas, elas estão conectadas por “fios invisíveis” aos clientes, mesmo que por períodos temporários, tornando-se dependentes, ou seja,

subordinadas em certa medida. Além disso, elas estão afastadas de todo o processo anterior da confecção do produto, isto é, ocorre uma separação entre aqueles que concebem e os que executam. Ainda, o trabalho realizado no espaço do domicílio proporciona economias de infraestrutura para seus clientes. Existem também vantagens por uma melhor gestão do tempo pelas trabalhadoras, pois deslocamentos não são mais necessários, ou são menores, mas em compensação se apresenta a porosidade entre os tempos do trabalho e do tempo de vida que se confundem e são aproveitados pelo capital.

Já o caso da costureira 6, por mais que ela esteja numa situação que possibilitaria sua autodeterminação, isto é, num trabalho por conta própria, ela não concebe as regras que vai seguir, ou seja, não escolhe ou determina os elementos de criação ou negociação de sua tarefa, assim como não possui os meios de produção e não trabalha no local de trabalho de sua escolha. Sua posição configura-se numa relação de subordinação, com uma sujeição total ao poder de organização, direção e disciplina pelo mandante (C5). Ela apresenta um grau total de dependência no seu trabalho. O que nos sugere um paradoxo entre, a posição de costureira “autônoma”, entretanto, ao mesmo tempo, subordinada, que vende sua força de trabalho e sua liberdade de autodeterminação em troca de um “falso assalariamento”.

Ao final da pesquisa, puderam-se identificar dados compatíveis com a hipótese de trabalho, pois se constatou que a inserção das costureiras pela via do trabalho por conta própria, isto é, de natureza autônoma, não necessariamente conduz a autonomia no trabalho. As costureiras, por princípio, nessa modalidade de trabalho, têm a liberdade para determinar por si mesmas as regras de ação do trabalho, da sua vida e de fato isso acontece. Entretanto, ao mesmo tempo, a realidade mostra-se complexa e fluida, apresentando arranjos ora totalmente autônomos e ora subordinados a outrem nas suas condições de trabalho. O trabalho autônomo pode mascarar formas de subordinação do trabalhador.

Os elementos do trabalho analisados, como a organização, o controle do tempo, a liberdade de criação e as relações de trabalho que possibilitam a negociação (seja dos prazos, seja dos custos) por ambas as partes, favorecem a autonomia do trabalhador. Já a propriedade dos meios de produção pelo trabalhador e a escolha do local de trabalho não necessariamente confere autonomia no trabalho.

Finalmente, a partir dos casos apresentados, percebemos que o fato de estar na condição de trabalho por conta própria, não implica necessariamente que haja autonomia no trabalho, pois essa condição pode mascarar formas de subordinação do trabalhador e de exploração do trabalho. Os vínculos estabelecidos entre as costureiras e os seus clientes são frágeis e só transmitem uma “segurança” para as trabalhadoras em razão de serem clientes “conhecidos” segundo seus relatos. O ônus da prestação do serviço recai principalmente nas costureiras que trabalham apenas para empresas. Elas não conseguem estabelecer relações de trabalho equiparadas. O contratante está em vantagem nessa condição do trabalho, explorando o trabalho da costureira.

Ademais, caberia chamar a atenção a uma nova indagação que escapa ao objetivo central do estudo, a saber, a questão do reconhecimento dessas trabalhadoras num âmbito de trabalho que se torna individual, no qual há perda da coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice de Paiva. **O Averso da Moda: Trabalho a domicílio na indústria de confecção.** São Paulo, Hucitec. 1986.

AZAÏS, Cristian. De-Segmentação do mercado de trabalho e autonomia. **Caderno de Recursos Humanos**, V. 17, n 41, Salvador, Maio/Agosto 2004. P. 15-24. PDF. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=12> acesso em 15 de setembro de 2012.

BAUMGARTERN, Maíra; HOLZMANN, Lorena. Reestruturação Produtiva. IN: CATTANI, Antônio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro e as políticas públicas do governo.** Reunião de Ministros do Trabalho do MERCOSUL, Bolívia e Chile, Salvador (BA), dias 30 e 31 de Outubro de 2002. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BABBAC51731E4/Informalidade2.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2012.

CATTANI, Antonio David. Autonomia. IN: CATTANI, Antonio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia.** Petrópolis: Editora Vozes. 1996.

DIEUAIDE, Patrick. Autonomy, General Working Capacity and Collective Action. In: AZAÏS, Christian. (Org.). **Labour and Employment in a Globalising World; Autonomy, Collectives and Political Dilemmas.** 1 ed. Bruxelas, 2010, v. 1. Capítulo 6.

FERRAZ, Ana Lúcia Marques Camargo. Dramaturgias da autonomia: pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores. SP: Perspectiva, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10012006-220506/pt-br.php>. Último acesso em 08 de setembro de 2012.

GALEAZZI, Irene; HOLZMANN, Lorena. Precarização do Trabalho. IN: CATTANI, Antônio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HOLZMANN, Lorena; PICCININI, Valmiria. Flexibilização. IN: CATTANI, Antônio David e HOLZMANN, Lorena (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HOLZMANN, Lorena. Trabalho por conta própria. IN: CATTANI, Antônio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____, Lorena. Trabalho a domicílio. IN: CATTANI, Antônio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Mensal De Emprego. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre**. Rio de Janeiro: março de 2008.

NEVES, M.A.; PEDROSA, C.M. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções**. Sociedade e Estado, v.22, n.1, p.11-34, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n1/v22n1a02.pdf>. Acesso em 16 de outubro 2012.

PEREIRA, Rosângela Maria. **De trabalhadoras precárias a empreendedoras da confecção: a complexa construção da identidade profissional das trabalhadoras a domicílio da indústria de confecção**. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. [manuscrito]

PERRENOUD, Philippe. L'autonomie au travail : déviance déloyale, initiative vertueuse ou nouvelle norme ? In: **Cahiers Pédagogiques**, n° 384, mai 2000, pp.14-19. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_02.rtf. Último acesso em 10 de outubro de 2012.

ROSENFELD, Cinara Lerrer; ALVES, Daniela Alves de. **Autonomia e Trabalho Informacional: O Teletrabalho**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n°1, 2011, pp.207 a 233.

ROSSO, Sadi dal. Tempo de Trabalho. IN: CATTANI, Antônio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (In)Visíveis da Produção capitalista: Informalidade e Precarização do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_06.pdf. Último acesso em 12 de outubro de 2012.